

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 11

Novembro de 1919

Ano LXXI

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS
Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

LIÇÕES DA GRANDE GUERRA

III

(Continuado da pag. 592)

O automobilismo nas operações militares. — A sua influência como meio de acção estrategica e importante factor tactico no campo de batalha.

O grande movimento reformador que nos últimos dez anos se operou no sentido de utilizar a tracção mecânica para os transportes de material, de munições e de subsistências destinadas aos formidáveis exércitos que as guerras modernas mobilizam, levou os estados maiores das grandes potências militares a estudar os problemas que o automobilismo veio pôr em equação nos princípios do século xx.

Como succede sempre que um novo maquinismo se pretende adaptar aos serviços do exército, as discussões na imprensa foram acaloradas acompanhando de perto as experiências feitas, até que o general francês Langlois numa série de notáveis estudos demonstrou que em lugar duma columna de 2400 viaturas puxadas a solipedes ocupando na estrada de marcha a extensão de 30 quilómetros com uma duração de escoamento de 8 horas, uma simples secção de viaturas automóveis produzindo o mesmo trabalho teria uma extensão de 5 quilómetros apenas, fazendo-se o seu escoamento em menos de meia hora!

Assim, supondo uma batalha de quatro dias, travada a 60 quilómetros das *gares de aprovisionamento*, as 3:000 tone-

ladas de munições, que dispenderia num dia o exército francês (infantaria e artilharia), poderiam ser transportadas em 12 horas até à linha de batalha em 750 camions automóveis, ao passo que, empregando as viaturas ordinárias seriam indispensáveis para obter o mesmo resultado quatro comboios compreendendo a totalidade de 3750 viaturas a 2 cavalos, funcionando durante três dias!

O automobilismo impoz-se desde logo, triunfou em toda a linha.

Na Alemanha o automobilismo havia despertado o maior interesse; as estações militares respectivas fizeram incidir sobre essa momentosa questão os seus estudos e experiências consequentes para a mais adequada utilização da viatura automóvel nas operações de guerra; e, no intuito de estimularem as casas construtoras a produzir tipos susceptíveis de grandes cargas e velocidades, em harmonia com êsses estudos, estabeleceram subvenções ou prémios a conceder aos melhores modelos de automóveis fabricados nas condições exigidas pela autoridade militar alemã.

Assim, fixava-se a velocidade de 200 quilómetros por dia às viaturas cuja carga não excedesse a 1:200 quilogramas e a velocidade de 140 quilómetros às viaturas transportando pesos superiores a 1:200 quilogramas.

Em 1908 os prémios estabelecidos foram concedidos a 158 viaturas automóveis.

Daí se pode inferir como a indústria alemã acudiu pressurosa ao apêlo das estações militares, produzindo grande variedade de modelos aproveitáveis, dentre os quais o exército pôde escolher os mais úteis para os diversos serviços da guerra.

É intuitivo que, tanto na Alemanha como em outras potências que primam pela excelência das suas instituições militares, se ventilou o magno problema do quantitativo na aquisição das viaturas automóveis,

Partindo da consideração de que as modificações sucessivamente introduzidas neste material deviam tender a um aperfeiçoamento progressivo das viaturas, reconheceu-se o inconveniente de adquirir em tempo de paz a totalidade dos automóveis julgados indispensáveis para o exército a mobilizar, a fim de ser evitada uma despesa fabulosa que um pos-

terior e mais radical aperfeiçoamento poderia tornar, em parte, inútil ou improdutivo.

Bastará dizer que, pelos cálculos feitos, o custeamento das despesas com as viaturas automóveis para um exército de 100:000 homens orçava anualmente por 40 milhões de francos!

Julgou-se, pois, mais racional adquirir sómente os automóveis necessários para o serviço, experiências e instrução do pessoal mecânico durante a paz, reservando-se o estado o direito de recorrer à requisição em caso de guerra, no intuito de organizar então completamente êsse ramo dos serviços militares.

Foi êste o processo adoptado pela França, Alemanha, Austria e outras nações da Europa.

A evolução do automobilismo

Na memorável ordem do dia de 18 de julho de 1918, depois das sucessivas e brilhantes vitórias que a contra-ofensiva geral proporcionou aos aliados na frente ocidental, o general Petaín dirigia as seguintes frases de felicitação às tropas do serviço automóvel do exército francês:

«Por maior que tenha sido a dificuldade criada por circunstâncias imprevistas da guerra, — os transportes intensivos de tropas e os de reaprovisionamento de viveres e de munições foram realizados desde o mês de março, sem paragem de dia e de noite, com uma rapidez e exactidão que fazem honra ao serviço.

«No mesmo período de tempo, os parques automóveis asseguravam o trabalho de reparação e permitiam o funcionamento constante de tôdas as formações automóveis com a sua inteira capacidade de transporte.

«Condutores movendo-se nas estradas, operários trabalhando nas oficinas, todos contribuíram para o pleno êxito das nossas operações.»

Estas nobres palavras de justiça, êste preito de homenagem rendido à actividade, inteligência e grande dedicação dos automobilistas militares pelo prestigioso general, que é hoje

uma das maiores glórias da França, constituem a prova mais frisante, o testemunho mais eloquente da extraordinária importância e eficácia dos serviços prestados pelo automobilismo nas operações da recente guerra.

A organização dos serviços desta especialidade no exército francês estava, para bem dizer, em embrião ao rompem as hostilidades, por isso que se contava com o material a mobilizar em todo o território da república.

Este material requisitado à pressa consistia em veículos automóveis de diversos tipos, pertencentes a particulares, a fábricas, a emprêsas comerciais e a outras entidades, que ocioso se torna especificar.

Entre a variedade das viaturas automóveis que a mobilização pôs à disposição do exército francês puderam fixar-se como modelos mais aproveitáveis para o serviço de campanha:

- a) Automóvel pessoal de *sport*, dispendo de motores de grande potência (com 10 ou mais cilindros);
- b) Automóveis de luxo;
- c) Automóveis de carga;
- d) Automóveis para comércio;
- e) Omnibus automóveis;
- f) Camions automóveis numa grande diversidade de modelos, permitindo variadíssimas aplicações às necessidades emergentes da guerra;
- g) Motocicletas com, ou sem side-cars.

Tornou-se, pois, indispensável separar os automóveis que pela superioridade das suas condições de rapidez e comodidade deviam ficar adstrictos aos comandos superiores e ao estado maior do exército e os destinados a outros serviços especiais, reunindo os restantes em pequenos núcleos, segundo as analogias da sua capacidade para a marcha.

A reunião dos automóveis em pequenos núcleos era imposta pela necessidade de estabelecer uma unidade de marcha que constituísse um órgão disciplinado, marchando com ordem e regularidade.

A unidade escolhida para base foi a *secção*.

A *secção* compunha-se geralmente de 15 a 20 veículos,

no máximo, com a guarnição de 40 homens, fornecidos pelo corpo de trem de equipagens.

No caso de se reunirem eventualmente maior número de veículos na secção, dividia-se esta em duas meias secções, que ficavam constituindo unidades de marcha.

Cada secção era comandada por um oficial, coadjuvado por 5 graduados (sargentos e cabos), constituindo também uma unidade para efeitos administrativos.

As secções eram diversamente designadas conforme a aplicação ou serviço que se lhes destinava.

Assim, havia secções: de transporte de material diverso; de abastecimento de carne fresca; de munições de artilharia; de munições de infantaria; de transporte de material telegráfico; de transportes sanitários, especialmente encarregadas de conduzir para as ambulâncias os feridos do campo de batalha; de *parque*, compreendendo as viaturas-oficinas e outras similares; e por último, secções *routières*, encarregadas de transportar o material necessário às reparações das estradas.

A reunião de várias secções constituía um *grupo* de viaturas automóveis.

Ordem de marcha

Em cada secção ou meia secção, as viaturas de transporte de material devem ser dispostas segundo a sua aptidão em vencer declives, a mais rápida na frente.

A secção deverá dispôr sempre duma viatura vasia, que marcha à retaguarda para socorrer qualquer viatura obrigada a parar por efeito de acidente ocasional, recebendo tôda ou parte da sua carga.

As viaturas de transporte de material são seguidas pelas do pessoal da secção.

Um graduado tomando lugar na 1.^a viatura da secção regula o andamento da unidade.

As secções reunidas em grupo são dispostas segundo a sua velocidade média, a mais rápida na testa.

Estabeleceram-se as seguintes distâncias a manter entre as viaturas e entre as unidades:

20 metros entre os camions;

40 metros entre os tractores e comboios.

Estas distâncias nunca devem descer abaixo de 10 metros, nem subir a mais de 50 metros.

A distância entre as secções não deve nunca descer abaixo de 50 metros.

A velocidade dum veículo com rodas chapeadas de ferro não excede 20 quilómetros à hora; se as rodas forem revestidas de cautchouc, a velocidade será de 25 quilómetros à hora.

Observando estas regras, os comboios automóveis podem atingir as velocidades médias de:

8 quilómetros à hora, quando são constituídos por camions;

15 quilómetros à hora quando são compostos de viaturas de transporte pessoal.

Depois duma hora de marcha há uma paragem ou *alto horário* de 15 minutos para a inspecção do material e quaisquer reparações ligeiras nas viaturas.

*

* * *

No decorrer da campanha regularizam-se pouco a pouco os serviços da tracção automóvel, corrigindo-se as deficiências e imperfeições que a experiência ia evidenciando.

Dos camions, uns foram aproveitados sem modificações sensíveis; outros foram adaptados a serviços especiais, construindo-se, além disso, grande quantidade destas viaturas destinadas a aplicações variadas, de forma que quando as operações militares atingiram um grau de desenvolvimento, existiam diversos tipos de camions, destacando-se entre êles para o serviço de campanha os seguintes:

- a) Camions para carga;
- b) Camions para transporte de pessoal;
- c) Camions para transporte de munições;
- d) Camions-oficinas;
- e) Camions-cozinhas;
- f) Camions-gabinetes de bacteriologia;
- g) Camions-tinas de banho;
- h) Camions-estações de telegrafia sem fios;
- i) Camions agrícolas ou escavadores de trincheiras, de

que os alemães foram os inovadores, empregando-os em seguida à batalha do Marne com o rendimento de 300^m em uma hora em terreno brando.

Paralelamente construíram-se também para os serviços de campanha:

Viaturas para a coluna automóvel da ambulância;
Automóveis blindados para 6 atiradores;
Auto-canhões;
Auto-metralhadoras;
Motocicletas com metralhadoras.

A indole dêste trabalho não nos permite fazer a descrição das viaturas acima enumeradas, o que, mercê da variedade de modelos empregados, seria tarefa árdua, exigindo maior desenvolvimento do que nos propoemos dar a êste rápido estudo, tendente a acentuar o papel sobremaneira preponderante do automobilismo nas operações da guerra moderna.

Formas de tracção automóvel

Do anteriormente exposto deve depreender-se que, para os serviços militares, duas formas de tracção automóvel podem ser empregadas, segundo as necessidades ou exigências impreteríveis da guerra:

- a) Tracção por viaturas sepâradas;
- b) Tracção por viaturas atreladas umas às outras, constituindo um comboio puxado por um tractor.

A tracção destas viaturas realiza-se, em geral, pela rêde de estradas existentes na região em que se opera.

Para o seu funcionamento cada viatura separada carece dum motor e dum mecânico.

No comboio automóvel, sempre que se transporta material pesado nas viaturas, é indispensável que o tractor seja pesado e transporte também carga igual ao próprio pêso.

Convem acentuar que se o comboio-automóvel tiver de seguir por estradas ou caminhos com sinuosidades sensíveis,

com mudanças de direção ou voltas bruscas, é mister adoptar disposições especiais de atrelagem, a fim de que as rodas das viaturas successivas passem sobre os sulcos ou rodeiras da viatura da testa.

Atenuar-se-ha por esse meio a resistênciã das viaturas de trás, que aumenta sempre na razão directã do número e pêso dessas viaturas, da curvatura e do declive ascendente das estradas.

A segurança do comboio nas rampas ascendentes pode ser garantida por um sistêma de freios funcionando automaticamente em caso de recuo accidental, mas cuja acção possa ser anulada quando se execute a marcha retrograda nas mesmas rampas.

Além do motor a vapor, emprega-se com mais freqüência, a essência como combustível (alcool, petróleo etc.). Pode também empregar-se o motor-electrico para a tracção dos comboios de via reduzida nas praças de guerra, campos intrincheirados etc.

Os tractores a vapor, especialmente os alimentados pela hulha, oferecem graves inconvenientes sob o ponto de vista militar.

Demandam frequentes reaprovisionamentos de água, por veses difíceis de realizar, e são perigosos quando transportam munições de guerra.

A característica do tractor é possuir quatro rodas motrizes, ao passo que o camion só é movido pelo seu eixo posterior.

A sua marcha é facilitada, pois, pela sua maior aderência e capacidade de se mover em terrenos difíceis que, muitas vezes, precisam percorrer.

Foi com o auxilio de poderosos tractores que se conseguiu rializar o transporte das gigantescas peças de 155,^{mm} dos morteiros de 220^{mm} e de 228^{mm}.

Os camions, tendo convenientemente adaptados ganchos próprios, podem transportar algumas peças sem as desmontar; mas, os grandes canhões são, em geral, desmontados e as suas diversas partes carregadas nestas viaturas.

A necessidade de transportar rapidamente a artilharia para a frente levou a adaptar convenientemente as peças de 75^{mm} a tractores, o que lhe permitia uma mais fácil ligação com a

infantaria, aumentando assim prodigiosamente a força moral desta arma.

Por esta forma dava-se plena consagração ao moderno princípio atinente a obter a reciproca cooperação destas duas armas no campo de batalha.

Embarque de tropas em camions As reservas de transporte

Nos dois últimos anos da guerra rializaram-se sensíveis aperfeiçoamentos no automobilismo militar, não só na parte relativa ás modificações do material, mas ainda no regular funcionamento dos serviços correlativos.

Das providências relativas à organização das unidades automobilistas descera-se à regulamentação mais ou menos completa dos serviços concernentes à execução prática de algumas operações de campanha. Nessa ordem de idéas mereceu especial atenção ao E. Maior francês a operação do embarque de infantaria em viaturas automóveis, que precisava ser judiciosamente prescrita ou regulamentada, a fim de evitar as sérias dificuldades provenientes da eventual aglomeração de forças em determinados locais.

Uma grande unidade de infantaria, uma divisão, por exemplo, não poderia embarcar em bloco num local, porventura designado para a sua concentração.

Ao contrário, adoptára-se o processo de disseminar os elementos constitutivos da divisão em acantonamentos dispostos, quanto possível, ao longo das estradas.

Proximo de cada acantonamento designava-se um *local de embarque*, onde se encontrava o respectivo grupo de automóveis destinado ao batalhão de infantaria acantonado mais perto.

O embarque rializava-se conforme as indicações do comandante do grupo, seguindo as pequenas fracções de infantaria o condutor do camion que os devia transportar.

Para dirigir convenientemente esses serviços criaram-se uns mentores, ou guias regulamentares, com as designações de *oficial orientador*, *oficial técnico*, *oficial serra-fila geral*, e *comissário de estradas*.

E assim seguiam as tropas até ao local de desembarque.

Desde que os serviços do automobilismo ficaram metodicamente organizados, funcionando com a precisa regularidade, criaram-se as *reservas de transporte*, constituídas por um elevado número de *grupos automóveis*, especialmente destinados á condução rápida de munições e tropas de infantaria à linha de combate.

As *reservas de transporte* ficam à disposição dos generais comandantes de exército, representando um milhar de camions, com a capacidade para transportar duas divisões de infantaria, representando uma profundidade de 30 quilómetros na estrada de marcha.

O caso mais característico do rendimento das reservas de transporte encontra-se na contra-ofensiva rializada pelo general Mangin na Champagne em 15 de julho de 1918, em que as reservas automóveis transportaram em 24 horas para a linha de combate perto de 120:000 homens com uma velocidade verdadeiramente vertiginosa.

(*Continúa*).

ADRIANO BEÇA
General



CRÓNICA DO EXÉRCITO ESPANHOL

Nova divisão territorial da Península. Para os efeitos do recrutamento, reservas e mobilização foi o país dividido em *zonas de recrutamento e reserva*, correspondendo uma a cada *provincia*, e tendo como comandante um coronel de infantaria, o qual é ao mesmo tempo o vice-presidente da *Comissão mixta de recrutamento* da respectiva provincia. Cada zona provincial fica tendo um *deposito* e um numero variável de *distritos de recrutamento*, segundo a densidade da população.

A 1.^a região, compreendendo as provincias de Madrid, Toledo, Ciudad Real, Cuenca, Badajoz e Jaen, fica tendo igual numero de zonas (6) e 16 distritos de recrutamento. A 2.^a região, constituida pelas 6 provincias de Sevilha, Huelva, Cadiz, Córdoba, Malaga e Granada, compreende igual numero de zonas e 18 distritos de recrutamento. A 3.^a região, com as provincias de Valencia, Alicante, Albacete, Murcia e Almería, e igual numero de zonas tem 16 distritos de recrutamento. A 4.^a região, tendo as provincias de Barcelona, Tarragona, Lerida e Gerona, tem 12 distritos de recrutamento. A 5.^a região, com as provincias de Saragoça, Huesca, Soria, Teruel, Guadalajara e Castellon, fica com 11 distritos de recrutamento. A 6.^a região, com as provincias de Burgos, Pamplona, Guipuzcoa, Logorño, Vizcaya, Alava, Santander e Palencia, fica tendo 12 distritos de recrutamento. A 7.^a região, com as provincias de Valladolid, Zamora, Salamanca, Avila, Segovia e Caceres, fica com 10 distritos de recrutamento. A 8.^a região, com as provincias de Coruña, Lugo, Orense, Pontevedra, Oviedo e Leon, fica com 6 distritos de recrutamento. Temos assim 47 zonas e 113 distritos de recrutamento.

Cada *zona* de recrutamento e reserva tem um quadro de de 1 coronel, 1 tenente-coronel, 2 majores, 1 capitão, 1 tenente (da reserva), 1 sub-official, 1 cabo e 1 soldado.

Cada *distrito* de recrutamento tem 1 major, 2 capitães (1 do activo e outro da reserva), 1 tenente (reserva), 1 sargento, 1 cabo e 1 soldado.

São constituídos regimentos de reserva de infantaria, cavalaria, artilharia, batalhões de reserva de sapadores e um batalhão de reserva dos serviços especiais de engenharia (telegrafia, radiotelegrafia, projectores).

Ficam pertencendo aos *depositos* das zonas de recrutamento os mancebos das classes anteriores a 1912 que tenham excedido o contingente, assim como os remidos ou substituídos.

A partir de 1927, quando os mancebos alistados em 1912 passam à reserva territorial, então os depositos de reserva passam a constituir os *depositos de reserva territorial*. O território correspondente a um distrito de recrutamento constitue também um distrito de reserva de infantaria com o mesmo numero e a mesma séde, ao qual pertencerão todos os soldados na situação de reserva. No caso de mobilização todo o pessoal dos distritos de reserva n.ºs 22 (Cadiz), 46 (Cartagena) e 99 (Ferrol) ficam pertencendo ao regimento da respectiva *base naval* para completar os seus efectivos de reserva. Em cada região da Península se organiza um regimento de reserva de cavalaria, ao qual fica adstrito o pessoal destinado ao recenseamento de animais e veículos. Junto de cada regimento de reserva de cavalaria haverá também um deposito de reserva territorial. Em cada região haverá também um regimento de reserva de artilharia e um deposito de reserva territorial. Em cada duas regiões foi criado um batalhão de sapadores, cujas sédes são: Madrid (1.ª e 2.ª região), Barcelona (3.ª e 4.ª), Saragoça (5.ª e 6.ª) e León (7.ª e 8.ª). Igualmente são criados 2 batalhões de reserva dos serviços especiais de engenheiros, um em Valladolid e outro em Valencia. Em cada um dos regimentos activos de caminhos de ferro e de pontoneiros e nas tropas de aeronautica militar, passa a haver um deposito de reserva. Em cada um dos comandos regionais de tropas de intendencia e de saude, assim como na brigada operaria e topografica do Estado Maior, haverá um deposito, subordinado à secretaria da maioria.

Esta reorganização é a aplicação das bases 3.ª e 5.ª da lei de 29 de junho de 1918, que tem sido posta em prática pouco a pouco.

*

* *

Ainda continuando-se a pôr em execução a reorganização de junho de 1918, foi reorganizada a artilharia pesada de campanha, de maneira a transformar os batalhões existentes de posição em regimentos divisionários de artilharia pesada. Com esse fim, aos actuais regimentos de artilharia divisionária se tirou o qualificativo *de campanha*, passando a ter a designação de *Regimento de artilharia ligeira* ou *Regimento de artilharia pesada*, segundo o material empregado. Os grupos de artilharia affectos aos comandos de praça passam a chamar-se *grupos de artilharia de posição*. Os regimentos de artilharia pesada são constituídos: por um E. M., 6 batarias formando 2 grupos e tendo cada grupo uma coluna de munições, e um *deposito* para a mobilização das batarias e das 2 colunas de munições do regimento.

Estes regimentos serão de tracção mixta, mecânica e animal. Os actuais batalhões de posição n.^{os} 2, 7, 10 e 12, passam a organizar-se em regimentos pesados com a mesma numeração e nas mesma guarnições. Criaram-se mais dois regimentos pesados, n.^{os} 1 e 14, respectivamente em Ciudad Real e em Medina del Campo.

Para a organização dos novos regimentos foram destinadas 150.000 pesetas a cada um, e para os batalhões que se transformaram em regimentos se destinaram 50.000 pesetas a cada um.

Vê-se portanto, que a cada divisão correspondem 2 regimentos de artilharia, sendo um de artilharia ligeira e outro de artilharia pesada.

*

* *

Os recrutados de quotas— Como sabemos, a lei de recrutamento do exercito espanhol, permite a redução do tempo de serviço das fileiras aos mancebos em certas condições de instrução geral e mediante o pagamento de uma certa quantia que se efectua em tres quotas.

Agora, uma circular recente, torna este beneficio exten-

sivo mesmo aos que já se tenham alistado e tenham terminado o período de instrução de recruta. Aos soldados que documentem o pagamento da quota, se leva em conta o tempo já de serviço descontando-se porém os 3 meses, em que se completa a instrução de recruta.

Portanto serão licenceados os que tenham 5 ou 10 meses de serviço conforme o seu maior ou menor grau de instrução.

Os soldados que pretendam gozar deste beneficio, terão de pagar a importancia do fardamento e os transportes para as terras das suas naturalidades serão de conta propria.

Uma tal medida visa a um fim economico, ainda que seja em prejuízo da instrução militar e da redução de efectivos.

*
* *

Créditos para despesas com instrução militar — Em harmonia com a proposta do Estado Maior do exercito, foi fixado em 828.000 pesetas a verba a dispender com a viagem do Estado Maior, com os cursos de tiro de infantaria e artilharia e diversas experiências de tiro, e com os trabalhos de applicação das academias militares, assim discriminados:

Viagem do Estado Maior 30.000 pesetas; curso de tiro da 1.^a secção da Escola de tiro 80.000; experiências de tiro da mesma secção 15.000; curso de tiro da 2.^a secção da mesma escola, 34.446; experiências de tiro desta secção, 18.012; curso de tiro da 3.^a secção da mesma escola, 140.000; curso da 4.^a secção, 45.000; exercícos nas academias militares, 50.103; escolas prácticas de artilharia, 222.892; escolas prácticas de engenharia, 182.500; para a publicação de *Instruções* pelo E. M. C. e imprevistos, 10.045.

*
* *

As escalas das diversas armas no exercito espanhol. O estado das promoções. Os Anuarios de 1918 e 1919.

O intendente do exercito, D. Norberto Viqueira, antigo director da *repartição de estatística militar* do Ministerio da

Guerra, tem publicado interessantes estudos sobre o movimento nos quadros do exército espanhol, e de que *El Ejército español* tem dado alguns extractos. Como sabemos, no ano passado teve lugar uma importante reorganização do exército que trouxe importantes alterações nos quadros e influiu bastante na aceleração das promoções, que em certas armas estavam paralisadas.

Comparando os «Anuários» de 1918 e 1919 nota-se uma diminuição de 22 generais no quadro do generalato.

Pelo Anuário de 1918 existiam no *quadro activo*: 2 capitães-generais, 27 tenentes-generais, 50 generais de divisão e 114 generais de brigada.

O Anuario de 1919 mostra que os numeros daqueles generais são respectivamente: 2, 21, 40, e 108.

No *corpo do estado maior* houve também uma redução de 26 oficiais, pois havendo em 1918—37 coroneis, 93 tenentes-coroneis, 119 majores e 99 capitães, em 1919 aqueles numeros eram respectivamente: 30, 84, 129 e 79.

Na *infantaria* a redução foi de 228 oficiais. Havia em 1918: 225 coroneis, 465 tenentes-coroneis, 999 majores, 2.410 capitães, 1.265 1.^{os} tenentes 721 2.^{os} tenentes. Em 1919 aqueles numeros são respectivamente: 181, 458, 886, 2.390, 1.298 e 644.

Na *artelharia* a redução foi de 70 oficiais; na *engenharia*, foi de 53; na *cavalaria*, de 116; na *intendencia*, de 28; na *Intervenção*, de 24; no *corpo medico*, de 14. Só nos quadros dos *farmaceuticos* e *veterinarios* é que hove um ligeiro aumento.

Tendo a organização de 1918 aumentado o numero de unidades, especialmente na artelharia, pareceria á primeira vista que o numero de oficiais deveria também ter aumentado, e não se ter reduzido; mas devemos notar que nas diferentes armas havia um excesso de oficiais, que excediam os quadros orgânicos dessas armas.

Para se obter uma considerável redução de oficiais e acelerar a promoção é que foi publicada a lei de 29 de junho de 1918 (*base 9.^a*) que concede a passagem á reserva no posto de general de brigada aos coroneis com 40 anos de serviço e 4 de posto, ou com 40 anos de oficial e 2 de posto, tendo, num e noutro caso, a placa de S. Hermenegildo ¹.

¹ Veja-se a *Revista Militar*, n.º 10 de 1918.

Se, pois, tem havido redução nos *quadros activos* das diferentes armas, o aumento tem sido considerável nos *quadros de reserva* (tendo-se criado o *quadro da 2.^a reserva*). Havendo em 1918 200 generais no quadro de reserva, em 1919 havia 482 (na 1.^a e 2.^a reserva).

Antes da aplicação da lei de 29 de junho, havia em 1918 no quadro das reservas só na arma de *infantaria* 4 coroneis, 9 tenentes-coroneis, 67 majores, 557 capitães, 1.205 1.^{os} tenentes e 117 alferes. Em 1919 aqueles numeros eram respectivamente: 189, 44, 50, 464, 1.149 e 204.

O intendente Viqueira reúne num quadro os officiaes das diferentes armas, que, até 5 de abril de 1919, se teem aproveitado da lei de 29 de junho de 1918, e por ele vemos que passaram à reserva durante esse período:

No *estado maior*, 34 officiaes; na *infantaria*, 429; na *artelharía*, 127; na *engenharia*, 73; na *cavalaria*, 153; na *guarda civil*, 36; nos *carabineiros*, 20; na *intendencia*, 40; na *intervenção*, 37; no *corpo medico*, 11; no *corpo pharmaceutico*, 9; no *corpo juridico*, 6. Temos assim 975 officiaes, aos quaes devemos juntar os do corpo de equitação, veterinários, clero castrense e secretariado militar, o que eleva aquelle numero a um total de 1.069 officiaes. É preciso ainda notar que a lei de junho de 1918 foi não só applicada aos officiaes do quadro activo, mas ainda aos que já estavam na reserva em data anterior aquella lei.

A aceleração na promoção, especialmente no *generalato*, deu lugar a que fossem promovidos officiaes ainda novos.

Assim havia em 5 de abril de 1919 um tenente-general com 48 anos de idade, um general de divisão com 45, um general de brigada com 41.

No *corpo de estado maior* o coronel mais novo tinha 42 anos; 2 tenentes-coroneis tinham 38 anos; 2 majores tinham 30 anos; e um capitão tinha 30 anos.

Na *infantaria* havia 3 coroneis com 38 anos de idade; na *cavalaria*, um coronel com 34; na *artelharía*, 2 coroneis com 53; na *engenharia*, 2 coroneis com 54; no *serviço de saude*, 2 coroneis com 51; etc.

Relativamente à *permanencia nos postos*, notamos que em abril de 1919 o coronel mais antigo do *corpo de estado maior* tinha sido promovido em 1911; o tenente-coronel mais antigo era de 1909; o major mais antigo era de 1911.

Na *infantaria* o coronel mais antigo era de 1914; o tenente coronel mais antigo era de 1915; o major mais antigo era de 1912; o capitão mais antigo era de 1905.

Na *cavalaria*, o coronel mais antigo é de 1913; o tenente-coronel mais antigo é de 1917; o major mais antigo é de 1911; o capitão mais antigo é de 1909.

Na *artelharía*, o coronel mais antigo é de 1911; o tenente coronel, é também de 1911; o major mais antigo é de 1910; o capitão mais antigo é de 1905.

Na *engenharia*, o coronel mais antigo é de 1910; o tenente coronel, é de 1912; o major é de 1903; o capitão é de 1902.

Na *intendencia*, o coronel mais antigo é de 1911; o tenente-coronel, é de 1911; o major é de 1913; o capitão é de 1904.

Na *intervenção*, o coronel mais antigo é de 1916; o tenente-coronel, é de 1916; o major é de 1912; o capitão é de 1915.

*

* *

Viagem estratégica.

Em harmonia com a proposta do *Estado Maior Central*, a viagem do estado maior realizou-se este ano na região da bacia media do Tejo e durou 32 dias, tendo-se iniciado em 22 de maio.

Foi dirigida pelo coronel de E. M. sub-chefe de E. M. da capitania geral da 1.^a região, D. Carlos Inzenga Griñan.

Na data fixada reuniram-se em Naval Moral de la Mata 19 oficiais de E. M. (1 coronel, 5 tenentes-coroneis, 8 majores e 5 capitães), 1 major e 5 capitães de artelharía, 2 majores e 2 capitães de infantaria, 1 major e um capitão de cavalaria, 1 major e 4 capitães de engenharia, 1 major e 5 capitães da intendencia, 1 major e 5 capitães medicos.

Uma diligencia de cavalaria, sob o comando de oficial e com 1 sargento, 5, cabos, 5 ferradores, 1 clarim e 38 soldados, forneceram as ordenanças necessárias. Para o serviço de transporte de bagagens dos oficiais foram destinados 5 carros de bagagens e viveres de infantaria, tendo cada carro 1 cabo e 2 condutores, assim como um automovel e 5 motocicletas.

Para as despesas desta viagem foram destinadas 26.500 pesetas.

As "Instruções" e a hipótese estratégica a que obedecia a viagem foram elaboradas no Estado Maior Central.

*

* *

Criação de um grupo radiotelegrafico.—Em harmonia com a base 3.^a da reorganização do exército (D. 29 de junho 1918) é criado um grupo de radiotelegrafia de campanha, que fica subordinado, sob o ponto de vista de instrução, ao Centro Electrotécnico e de comunicações de engenheiros.

Por enquanto o grupo consta de um E. M. e 2 companhias, tendo cada uma destas 3 secções. A 1.^a secção com tracção mecânica, a 2.^a com tracção animal e a 3.^a a dórso. No Centro electrotécnico fica existindo uma companhia radiotelegráfica permanente para o serviço das estações radiotelegráficas militares da Península ilhas adjacentes e Africa.

É também organizada uma companhia independente para o serviço da rede telegráfica e telefónica de Madrid, mas fazendo partê do regimento de telegrafistas.

Para a constituição dos quadros destas diversas unidades podem ser alistados como voluntários os individuos que tenham os conhecimentos e habilitações necessárias.

*

* *

A tolerancia religiosa no exército.—Foi novamente recomendado que havendo liberdade religiosa, não se deve obrigar as praças a irem formadas às igrejas, quando declarem que não são católicas apostólicas romanas. Mesmo que no acto da incorporação não se tenha na folha de matricula especificado a natureza da religião professada, se deverá em qualquer ocasião aceitar a declaração, sem mesmo indagar se o declarante mudou de religião já depois do alistamento, não se exigindo outra prova, por isso que um tal assunto é do fôro íntimo da consciência de cada um (R. O. publicada no *Diario oficial*).

Organização das metralhadoras nos regimentos de infantaria.

Nos regimentos de infantaria n.^{os} 11, 42, 59, 60, 68 e 69 são organizadas 3 companhias de metralhadoras, uma por batalhão. Em cada um dos batalhões de caçadores n.^{os} 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 17 e 18 as secções de metralhadoras são transformadas em companhias.

Nos regimentos de cavalaria n.^{os} 14, 28 e 29 são suprimidas as secções de sapadores e explosivos e substituídas por um esquadrão de metralhadoras.

Em cada um dos comandos gerais de Melilla, Ceuta e Larrache é organizada uma companhia de metralhadoras de posição, dependentes dos respectivos comandantes gerais.

Aos regimentos de infantaria são distribuídas metralhadoras Hotchkiss; aos batalhões de caçadores e regimentos de cavalaria, metralhadoras Colt.

Cada companhia tem 2 secções, e estas a 2 máquinas. O esquadrão de metralhadoras de cavalaria tem 2 secções a 3 máquinas. As companhias de metralhadoras de posição tem 3 secções a 4 máquinas.

Cada companhia de metralhadoras, na infantaria e caçadores, tem: 1 capitão, 2 tenentes, 1 sub-oficial ¹, 4 sargentos ², 4 cabos ³, 1 corneteiro ⁴ e 44 soldados ⁵, 3 cavalos de sela e 18 muares ⁶. As companhias de infantaria tem: 4 máquinas, 2 telemetros, 8 canos de reserva, 88 caixas de munições ⁷, 4 depositos de água, 17 bastes, 18 bridões, 4 cubos

¹ Eucarregado do municiamiento e administração.

² Apontadores.

³ Provisorios e reserva de apontadores.

⁴ Agente de ligação.

⁵ 2 são telemetristas, 12 serventes (3 por máquina), 18 condutores, 2 má-queiros, 3 impedidos de oficiais, 7 rancheiros e agentes de ligação.

⁶ 4 para as máquinas, 10 para as munições, 3 para ferramentas e água e 1 de reserva.

⁷ 2 em cada carga de máquinas e 8 nas de munições. Nas companhias com máquinas Colt vão 112 caixas de munições.

para água, 1 maca, 100 sacos para terra e 24 ferramentas. A sua dotação é de 26.400 cartuchos¹ (2.400 nas cargas de máquinas e 2400 em cada carga de munições), de forma a ter 8.200 cartuchos² por máquina.

Cada esquadrão de metralhadoras tem: 1 capitão, 2 tenentes, 1 sub-oficial, 2 sargentos, 8 cabos, 2 clarins, 2 ferradores, 1 forjador, 53 soldados, 64 cavalos de sela, 28 cavalos a dórso, 4 cavalos de tiro, 6 metralhadoras, 2 telemetros, 12 canos de reserva, 4 cubos de 20 litros d'água, 168 caixas de fitas, 26 bastes, 28 ferramentas e 1 carro de esquadrão; 43.800 cartuchos (sendo 42.000 nos cavalos de baste e 1.800 com homens).

As companhias de metralhadoras de posição de Larache tem material Colt e as de Melila e Ceuta material Hotchkiss.

*

* *

Maca articulada.—Ao tenente-coronel de infantaria D. Léon Luengo Carrascal se deve a invenção de uma maca articulada para permitir o transporte de feridos pelas trincheiras, que, em geral, não tem um traçado retilíneo, antes apresentam muitos desvios a angulo recto para se obter o desenfiamiento.

As macas rodadas são inúteis por não poderem circular nas trincheiras cujo fundo é muito desigual, e porque o seu comprimento também não permite mudanças de direcção bruscas.

Também as macas, transportadas a pulso por 2 homens, não podem da mesma forma circular em trincheiras estreitas e profundas. Estes inconvenientes acham-se sanados com o emprego da maca espanhola articulada, que se pode empregar estendida, ou um pouco dobrada de forma que o ferido vá com o tronco elevado.

¹ Nas companhias com máquinas Colt a dotação é de 28.000 cartuchos (8.600 por máquina).

² Para as máquinas Colt e Hotchkiss vão respectivamente: nas 1.^{as} cargas, 1.000 e 600; nas de munições 6.000 e 6.000; reservas de batalhões 1.600 e 1.600.

O dito modelo tem 2^m,40 de comprimento e 0,60 de largura; mas quando fôr dobrado em forma de cadeira, o comprimento é apenas de 1^m,40, o que permite o transporte de feridos em trincheiras com 0,80 de largura.

A tela da maca une-se ao esqueleto da mesma por meio de uns ganchos situados nos varaes e que entram nuns olhaes metálicos que há nos extremos laterais da tela, que é neste sítio reforçada. A tela tira-se com facilidade para se lavar.

O modelo desta maca pode vêr-se no *Memorial de Infantaria* do mez de agosto p. p.

V. CESAR



Na Grande Guerra — A derrota do exército alemão

Um interessante artigo inserto na *Revista Militar Suissa* de Fevereiro último e devido à pena do coronel F. Feyler, revelou-nos uma curiosa discussão travada em determinados centros de oficiais na Suissa, onde naturalmente e devido a afinidades de raça, os germanofilos excediam talvês em número os partidarios dos aliados durante a grande guerra há pouco finda, discussão cuja tése era a seguinte: à data do armistício, 11 de Novembro de 1918, o exército alemão estava *moralmente* mas não *tecnicamente* vencido.

Entrando no debate, o coronel Feyler, aliadófilo decidido, expõe num longo e notavel estudo qual o estado do exército alemão nos últimos meses da guerra, especialmente desde 18 de Julho, em que começou a fase da contra-ofensiva aliada, até à solicitação do armistício em 5 de Outubro e daqui até à assinatura dêste em 11 de Novembro de 1918, concluindo por sustentar que, no decurso dêste período, isto é durante cêrca de quatro meses, os aliados travaram com os alemães mais de vinte grandes batalhas e que êstes últimos não ganharam uma única.

Estudando a retirada dos exércitos alemães, salientando a importancia e confiança que ao grande estado maior alemão inspirava a solidês das linhas de Hindemburgo, frisando a relativa facilidade com que em um mês — em 1918 — os aliados dominaram e romperam essas linhas, enfraquecendo assim quer taticamente quer tecnicamente os efectivos encarregados de manter essas posições, o coronel Feyler nota que o estado maior alemão, logo que verificou que aquelas linhas tinham sido impotentes para recolher o exército e que êste ía continuar durante a retirada a enfraquecer-se dia a dia, avisou, em fins de Setembro, o governo de Berlim da neces-

sidade do armistício, o qual foi finalmente solicitado na noite de 4/5 de Outubro.

Mostra ainda o autor que durante todo o período — cinco semanas — que separou o pedido do armistício da assinatura dêste, o exército imperial, admitindo mesmo que não estivesse “tecnicamente batido”, teve de submeter-se da maneira mais docil à manobra do marechal Foch, e por fim aceitar, sem qualquer ameaça de prolongação da resistência, nem sequer pedidos de serem suavizadas, as duras imposições de uma convenção que punha a Alemanha, de mãos e pés ligados, à discrição dos seus inimigos.

E assim demonstra que um exército, cujo enfraquecimento moral é de ordem tal que em vez de continuar defendendo a sua causa e o seu país, abandona fortalezas, navios, assim como a parte principal do seu armamento e meios de abastecimento, *êsse exército está tão derrotado como o estrategico mais exigente o pode desejar.*

Retomando ainda a mesma discussão e querendo por assim dizer confirmar e apoiar em documentos oficiais, um alemão outro francês, o valor dos argumentos apresentados, o coronel Feyler volta a ocupar-se, na mesma *Revista* e no número de Agosto último, da derrota do exército alemão, no artigo que em seguida traduzimos.

*

*

*

Antes de ler o presente artigo, o leitor deve recordar-se do que a *Revista Militar Suissa* publicou no número de Fevereiro de 1919 sôbre a distinção feita por essa época, em alguns centros de oficiais, entre estar o exército imperial batido *moralmente* em 11 de Novembro de 1918, mas não *tecnicamente*.

Esta opinião era de certo modo sucedanea da tésé alemã propagada, entre outros, nos nossos centros neutros e complacentes, tésé afirmando que à data do armistício os exércitos do marechal Hindemburgo estavam ainda capazes de prolongar a luta e de vencer, o que só a situação política interna os impediu de fazer, situação que forçou o governo de Berlim a solicitar o termo das hostilidades.

O artigo de Fevereiro último procurou demonstrar a inverosimilhança dessa tése. Já depois surgiram dois novos documentos, um alemão, outro francês, que admiravelmente se completam e se combinam para lhe darem o golpe de misericórdia.

O documento alemão é um *Livro branco* e portanto uma publicação oficial. Entre outras, reproduz a correspondencia e as comunicações telegraficas e telefonicas trocadas entre o G. Q. G. e o governo de Berlim desde 14 de Agosto até 11 de Novembro de 1918.

O documento francês é uma brochura emanada do G. Q. G., intitulada — *Razão porque a Alemanha capitulou em 11 de Novembro de 1918* — e que resume as operações militares de Julho a Novembro e as indicações da 2.^a repartição do G. Q. G. sobre o estado do exército alemão durante esse período.

A primeira verificação que muito importa fixar é o valor da surpresa nas operações contra posições fortificadas durante a guerra europeia, valor tão importante como nas guerras passadas. Durante algum tempo sustentou-se que a guerra nas trincheiras não comportava acções por surpresa, que nela tudo era previsto e que se podia por assim dizer regular a intensidade de um movimento ofensivo e o seu resultado em face do peso dos projecteis e da organização do movimento para o ataque. Afinal é na realidade os resultados de algum valor dependeram sempre do exito da surpresa, como o comprovam: a batalha de Cambrai, no outono de 1917; a acção do Chemin des Dames, em 27 de Maio de 1918; a contra-offensiva de Villers-Cotterêts, em 18 de Julho; a brecha de Debropolie na *frente* dos Balkans em 15 de Setembro, e, como surpresa fallhada, a ofensiva da Champagne, pelo principe imperial, em 15 de Julho de 1918.

Nesta data o exercito alemão do ocidente contava 207 divisões, 81 das quais em reserva.

As informações obtidas pelos franceses davam estas ultimas como sendo 62 divisões frescas, isto é com um mês ou mais de descanso, e as restantes como fatigadas, não tendo o seu repouso excedido quinze dias.

O G. Q. G. francês sabia também que devia esperar novo esforço ofensivo do inimigo nos meados de Julho, provavel-

mente pelo dia 15. A operação seria travada na Champagne, em volta da montanha de Reims. A oeste o ataque devia realizar-se sobre a frente: curva de Jaulgonne-Vrigny, na direcção geral de Epernay, em ambas as margens do Marne.

A leste incidiria sobre a frente de Pompelle a Massiges.

Detrás desta linha de batalha, isto é na retaguarda das tropas que guarneciam o sector de Château-Thierry ao Argone, estavam colocadas trinta das divisões da reserva.

Na manhã do dia 15, estas trinta divisões avançaram para o ataque juntamente com as tropas que ocupavam o sector. A operação, sendo já esperada, abortou em toda a linha; na Champagne na primeira posição acima indicada, entre Reims e o Marne em frente da segunda.

A Sul do Marne, as tropas alemãs estabeleceram-se entre Jaulgonne e Dormans, formando um saliente ou bolsa de 6 a 8 quilómetros de profundidade, que procuraram desenvolver na direcção de Epernay. Contra-atacadas logo a seguir, o seu avanço foi definitivamente detido em 17.

Assim, no momento em que no dia 18, os 10.^o e 6.^o exércitos franceses vão romper a contra-ofensiva na orla das florestas de Villers-Cotterêts, o estado maior alemão reconhecia que os seus próprios planos haviam falhado.

Tencionava envolver o massiço da montanha de Reims por dois salientes, a fim de o contornar pelo lado do Sul. Não pôde porém formar o saliente de Leste na Champagne e as tropas acumuladas no de Oeste, entre o Aisne e o Marne, e especialmente as que atravessaram o Marne, encontravam-se numa situação crítica. Os alemães tinham neste momento e nesse saliente 40 divisões, as quais apenas dispunham para o respectivo abastecimento de uma unica via-ferrea, a linha Guinicourt—Missy-sur-Aisne—Fère-en-Tardenois, que a E. e a S. E. de Soissons não passava a mais de 15 quilómetros da *frente*.

Se esta linha ferrea caísse em poder dos francêses ou, quando muito, ficasse exposta ao fogo eficaz da respectiva artilharia, a vida dos exércitos alemães no saliente de Château-Thierry tornava-se impossível.

Naturalmente o estado maior alemão não desconhecia este perigo e, considerando a perspectiva de um ataque do lado de Villers-Cotterêts, tinha disposto naquele saliente um

efectivo especial de oito divisões, as quais guarneciam as segundas linhas. A precaução não foi suficiente.

A surpresa produziu-se de novo e pelo facto de que o atacante dispoz de recursos sensivelmente superiores áquelles que o estado maior imperial lhe attribuia.

De um só impulso, o 10.^o exercito francês atingiu as proximidades da estrada de Soissons a Château-Thierry; a via ferrea, acima citada, caíu sob o tiro da artilharia. Por seu lado, na face leste do saliente, o 5.^o exercito francês retomou a ofensiva.

As tropas alemãs, difficilmente reabastecidas, vêm-se forçadas a fazer frente aos ataques convergentes de tres exercitos francêses (10.^o, 6.^o e 5.^o), reforçados pelas tropas americanas que se encontram a S. do Marne e pelo corpo de exercito italiano que secunda o 5.^o exercito francês.

«O alto comando alemão, diz o relatório francês, reconhece que já não poderá sustentar a batalha neste saliente, onde as suas comunicações se encontram ameaçadas, mas onde contudo as necessidades da luta o obrigam a lançar novas divisões em cada dia. Por fim vê-se constrangido, apesar de quatro dias antes ser o atacante, a submeter-se á vontade do adversário e a ordenar a retirada.

«Esta será lenta e metódica, mas, em compensação, muito custosa pois que para salvar o material e os consideraveis depositos acumulados entre o Marne e o Aisne, o inimigo deverá, perante os nossos ataques, empenhar incessantemente novas unidades.

«Verifica-se nitidamente que, a partir de 18 de Julho, o alto comando alemão tem de chamar novos reforços de todos os lados: o príncipe imperial empenha as suas reservas locais, depois chama as divisões da região de Noyon e as da Champagne, que haviam ficado disponíveis em consequência do revés experimentado em 15 de Julho. Mas isto não basta; é preciso fazer vir tropas doutras frentes: Gallwitz têm de fornecer tres divisões; o príncipe herdeiro da Bavièra seis; é necessário lançar mão ainda das divisões que atacaram na Champagne...»

Outra circunstância que merece sêr considerada: das 81 divisões da reserva estratégica alemã, 30 apoiavam as tropas do sector da Champagne, e outro grupamento era destinado

a permitir efectuar uma segunda ofensiva que devia sêr dirigida contra os inglêses na região de Lille. O alto comando alemão vê-se forçado a renunciar a esta operação; a sua vontade começa a ter de ceder perante a dos aliados.

Estes, fortes com os auxílios que a America lhes envia, sentem-se em condições de conservar a iniciativa nas operações, iniciativa que haviam reconquistado.

Desde antes do movimento de Villers-Cotterêts, que tinham previsto e lançado as bases de um série de manobras que vão executar sem demora, aproveitando o enfraquecimento dos diversos sectores alemães resultante da partida das tropas reclamadas para acudir aos revêses do principe herdeiro. Assim como o ataque de 18 de Julho tem por fim reduzir o saliente ameaçador do Aisne e do Marne, a E. de Paris, uma outra operação vai tentar anular o saliente do N. em Montdidier.

Iniciada em 8 de Agosto por um ataque combinado do 4.º exército britânico e do 1.º exército francês, entre Albert e Moreuil, na estrada de Amiens a Roye, essa operação alcançara repelir no dia 15 as tropas alemãs — especialmente do 18.º exército, que em 21 de Março tinham desempenhado tão importante papel na ofensiva da primavera — para as suas antigas posições de Chaulnes-Ribécourt.

Nesta data, precisamente em 14 de Agosto, começam as revelações do *Livro Branco* de Berlim.

Em Spa, realizou-se neste dia uma conferência no quartel general do Marechal Hindemburgo. Este supõe então que o exército imperial está ainda em condições de resistir; deposita sem dúvida toda a confiança nas celebres linhas que têm o seu nome e que as tropas alemãs vão de novo guarnecer. Ali arrostarão, como no ano anterior (1917) os esforços dos adversários e a sua resistência acabará por suplantar a tenacidade do atacante.

Se fôr preciso renunciar a impôr a paz, renuncia com que aliás se não contava no mês de Julho, em todo o caso sempre resta livre o caminho para uma paz de conciliação. A Alemanha diligenciará obter esta por intermedio de uma potência neutra.

É por esta época que se realizam as tentativas do ministro dos negocios estrangeiros austro-hungaro, o sr. de Burian,

para alcançar uma paz de compromisso, isto é por meio de arbitragem. Sugere êle então a idea de uma conferência de representantes dos estados beligerantes, num país neutro, com discussão confidencial, que a ninguém comprometerá.

Está na lembrança de todos a negativa oposta a tal sugestão pelos Estados Unidos, aos quais se juntaram todos os aliados.

Dirigindo-se aos respectivos exércitos, o Marechal Foch dizia-lhes em 12 de Agosto:

«Cento e vinte divisões alemãs foram empenhadas na luta desde 15 de Julho; temos na nossa frente uma ocasião única que não voltará e que obriga ao máximo esforço de todos.»

Este esforço vae de principio ser pedido aos exércitos empenhados na batalha da Picardia, começada em 8 de Agosto, e comportará quatro fases sucessivas:

No periodo de 18 a 26 de Agosto vemos o 10.^o exército francês atingir o Oise e o Ailette e os inglêses romperem a frente alemã entre Crosille e o Somme.

O 18.^o exército alemão, ameaçado de envolvimento nos dois flancos, tem de recuar sobre o Somme e canal do Norte. Os aliados atingem a frente — Peronnes — Nesle — Noyon.

De 30 de Agosto a 2 de Setembro o 10.^o exército francês atravessa o Ailette e chega ao contacto com a linha Hindemburgo.

As tropas alemãs do saliente de Château-Thierry, que se tinham mantido sobre o Vesle, são forçadas, em virtude da ameaça esboçada sobre a sua retaguarda, a irem estabelecer-se atraz do Aisne.

Na frente britânica, o 1.^o exército inglês conquista a articulação das linhas Siegfried e Drocourt-Quéant. Os alemães batem em retirada entre Arras e o Oise, aproximando-se também nesta região da linha Hindemburgo.

Finalmente a 18 de Setembro e nos dias seguintes, os 3.^o e 4.^o exércitos britânicos apoiados pelo 1.^o exército francês, apoderam-se das avançadas da posição Hindemburgo, entre Cambrai e Saint-Quentin, conquistando uma base segura para o ataque proximo á mesma posição.

Entretanto, de 12 a 15 de setembro, o exército americano tinha reduzido o saliente de Saint-Mihiel, preparando-se para efectuar um movimento ofensivo a jusante do Mosa.

Em resumo, na data de 26 de Setembro, o balanço diário da 2.^a Repartição do grande quartel general francês indica os resultados seguintes :

Das 207 divisões de que dispunha em Julho, o alto comando alemão empregou 163 em combate e dentre elas empenhou 75 duas e tres vêzes. Pôde formar uma reserva de 68 divisões, mas destas apenas 21 são divisões frescas, 40 são reconstituídas recentemente e 7 acabam de ser rendidas.

Apesar de uma redução de frente de cerca de 200 quilometros, vê-se forçado a manter em linha o mesmo número de divisões que em 15 de Julho, pois que os efectivos destas e o seu valor combativo são menores. De resto não conseguiu conservar tais efectivos senão dissolvendo 15 divisões, reduzindo, em umas cincoenta, os batalhões de 4 a 3 companhias e chamando das oficinas um grande número de homens cujo serviço fôra adiado, a fim de poupar a ultima reserva, isto é a classe de 1920.

(Continúa)

Tradução de P. S.



Pacifismo

(Continuado de pag. 618)

Conseqüências desastrosas da doutrina pacifista em França

No entanto, no Senado francês, a 14 de junho de 1914, em seguida a uma interpelação sôbre a insuficiência do armamento, dizia o Ministro da Guerra: «O govêrno não pode ser responsavel por êste facto, porque desde o começo do século xx, o país deixou-se enleiar pela quimera do idealismo e a quimera do pacifismo universal».

Em sua defesa esse Ministro poderia ter ido mais longe; poderia acrescentar que os deputados socialistas estavam de tal maneira convictos de que a guerra não seria possível, que não cessavam de forçar cada vez mais a redução do orçamento do seu ministério, e que até alguns ministros seus antecessores houve, que se lançaram por esse caminho com o mesquinho intuito de armar à popularidade.

Lia-se no *Temps* de 16 de julho de 1914: «Os serviços exigiram de 1901 a 1913, para crédito dos arsenais, 1.142 milhões; mas as câmaras apenas votaram 799, ou seja uma redução de $\frac{1}{3}$ aproximadamente. Esta redução não foi só obra das Câmaras. Os ministros da guerra e das finanças participaram nela. Se houve, pois, falta de dinheiro, com certeza que não deixou de haver falta de serviços.

«Os quatro orçamentos de 1902, 1903, 1904 e 1905, obra do general André, accusam uma redução total, pelas Câmaras, de 128 milhões dos créditos destinados aos arsenais, isto é, perto da metade do pedido baseado nas exigências dos serviços.

«Mas esta redução total havia sido preparada antecedentemente ao voto das Câmaras pelo Ministro da Guerra, que reduzira de 96 milhões, isto é $\frac{1}{3}$, as verbas necessárias para estes serviços.

«Pelo que respeita aos três orçamentos propostos pelo general Picquart (1908, 1909 e 1910), a redução realizada pelas Câmaras sobre os pedidos para serviços foi de 53 milhões ou seja $\frac{1}{3}$. Esta redução, porém, fôra preparada, como no ministério do general Andre, pelo Ministro da Guerra, que tinha reduzido a 51 milhões esses pedidos.

«Se, pois, nos dois períodos 1902-1905 e 1908-1910, foram realizadas enormes reduções aos pedidos em questão, baixando-os de 262 milhões a 128, quanto ao primeiro, e de 267 a 214 quanto ao segundo, a responsabilidade cabe em primeiro lugar aos ministros da guerra, que antes de qualquer debate haviam resumido os pedidos, o general André a 166 em vez de 262, o general Picquart a 216 em vez de 267».

Tais reduções que não só o *Temps* apontou, incidiam sobre elementos essenciais à defesa. Nada de artilharia pesada, nada de metralhadoras; o municionamento das peças foi reduzido de 3.000 a 1.400 projecteis; os fortes de Dunkerque, Mambenge, Lille, Reims, jaziam desarmados.

Sucedem-se os primeiros reveses e a batalha do Marne, e logo o exército fica exausto de munições! Para cúmulo, o Ministro da Guerra, a pretexto de estabelecer o *igualitarismo*, perpetrara a estranha loucura de ordenar a marcha para a frente dos operários dos arsenais do material de guerra. Dois meses, setembro e outubro, se consomem a procurar, a um por um, nos regimentos e nos depósitos, os operários especialistas a fim de os fazer regressar às oficinas. Pelos fins de janeiro de 1915, mal se produziam ainda 40.000 granadas por dia; só em Março se obtinha uma produção de 75.000, por felicidade largamente excedida depois, graças ao concurso da indústria particular.

Como não havia artilharia pesada, considerada desnecessária pelos pacifistas, os alemães permanecendo fóra do alcance da única artilharia de que a França dispunha, destroem em poucos dias fortalezas como as de Liége, que era considerada inexpugnável quando suficientemente defendida, e infligem enormes perdas aos defensores. Só muito tarde é que foi adquirida, porque neste angustioso período não houve só que lutar contra as conseqüências das teorias pacifistas; teve também de se vencer a rotina dos generais antigos, influenciados pelo ensino recebido na mocidade e pouco aptos para aceita-

rem as exigências da guerra moderna. Foi necessário exonerá-los da chefia dos serviços, que não conservaram em condições de satisfazer, mas à frente dos quais se mantinham.

A desordem não podia ser maior ao iniciar-se a campanha. A paz, com o predomínio dos pacifistas, tudo descurara. A *Nouvelle Revue* de 15 de agosto de 1916 referia-se ao estado a que havia chegado a defesa de Paris, desta forma: «Os municionamentos de reserva em tempo de guerra faltavam; os fortes não tinham provisões; os abastecimentos, que lhes eram indispensáveis não existiam nem sequer nos depósitos».

A situação militar a que a França estava reduzida anteriormente à guerra era bem conhecida no estrangeiro e muito especialmente a deveria conhecer a Alemanha. No *Journal de Genève* de 2 de dezembro de 1914 lia-se: «Em 2 de Dezembro de 1913 o gabinete Barthou foi derrubado por uma coalizão formada no Congresso de Pau, capitaneada no ataque pelo sr. Caillaux. O seu crime qual era? Soubera prever. Depois do voto em Berlim, para um aumento mais intenso do exército do que se tinha falado, logo em seguida a 1870, e da contribuição extraordinária de 1 bilião, havia compreendido o que se concluiava. Forçado a justificar-se só com meias palavras, soube contudo arrancar à maioria da Câmara a lei dos três anos, destinada a obter efectivos permanentes que permitissem fazer frente ao ataque de arrancada que se preparava. Os partidos da esquerda não podiam perdoar-lhe e gritavam —*regimen de sabre!* Forjaram um protesto financeiro, a imunidade do rendimento proposto para facilitar o empréstimo de mil e trezentos milhões e o gabinete Barthou foi derrubado por uma maioria de 25 votos. . .

«Iniciou-se então um período de perturbações internas, que em cousa alguma contribuiu para levantar o crédito da França no estrangeiro. Quando se estudarem as causas da guerra actual, o 13 de dezembro de 1913 ha de surgir como um tópico capital da história.

«Logo após o seu advento, o gabinete Doumergue deu a conhecer quais eram as suas preocupações, principalmente eleitorais. Preparava-se o renovamento da Câmara: o sr. Malvy, ministro do Interior, animava por toda a parte os adversários da lei dos três anos e mostrava-se hóstil ao apelo nacional, que, conscientes do perigo exterior, haviam soltado, não sem

encontrarem éco, o presidente Poincaré e os gabinetes antecedentes. Os que aconselhavam a pacificação foram denunciados como traidores à Republica. Era forçoso, antes de tudo, reavivar as discórdias políticas, denunciar os suspeitos à facção jacobina.

«Seguiram-se depois as revelações impressionantes a propósito das manigâncias judiciárias a favor do burlão Rochette, as eleições gerais com o triunfo pessoal do sr. Caillaux, a maioria demagógica extraída das urnas pelo sr. Malvy, o ministério do sr. Ribot derrubado ao cabo de 48 horas, por mais radical que se mostrasse.

«Na Alemanha gozava-se este espectáculo. Registaram-se com grande alegria todos os gritos de ódio que se trocavam em França. Toda a imprensa, como que obedecendo a um *mot d'ordre*, em Berlim e em Viena, tomava com o máximo ardor o partido dos Caillaux. Decididamente a hora chegara. A Inglaterra debatia-se com a *home rule* e o príncipe Lychnowsky declarava-a, nos seus relatórios, como incapaz de restabelecer-se a fim de constituir um blóco perante o perigo estrangeiro».

A *Gazette de Lausanne* expremia-se análogamente :

«A desordem era grande na França. Entre radicais-socialistas de um lado e adversários de todas as côres do outro, a luta tinha chegado a um grau de violência tal, que se ofuscavam as noções mais elementares da justiça, da honestidade, da benevolência; que se consideravam como legítimos todos os processos de combate. Numa tal situação, o sinal foi o processo Rochette, a questão Caillaux foi o drama. Afirmava-se que a França valia mais que os seus políticos. Era rigorosamente verdadeiro. Todavia, à força de lhe sofrer o contacto, de os tolerar e de os aplaudir, a nação estava em risco de descer até ao nível dêles e quando, no momento da consulta realizada na primavera transacta, se viu conceder um número maior de votos a políticos incapazes de qualquer trabalho útil e, afóra isso, de reputação suspeita, teve-se a impressão de que o mal era muito grave. Os ministros Doumergue e Viviani pareciam estar muito satisfeitos com esta decadência. Contudo, a nova lei militar, a «*lei dos três anos*», com que se tinha respondido à profunda inquietação do povo, subsistia, não porque os homens do poder lhe dispensassem o seu bene-

placito, mas porque nenhum dos chefes políticos possuía envergadura para a destruir».

Na revista *Sciência* de 1 de Março de 1915, escrevia o professor Pareta:

«Se os democratas e os plutocratas tivessem sido menos ávidos, menos pródigos, para sua própria vantagem e para os fins eleitorais, dos dinheiros públicos, e se, por consequência, a França estivesse melhor preparada para a guerra, póde ser que a Alemanha não a tivesse feito».

O partido socialista obtivera na última Câmara eleita o sufrágio de 1.400.000 votos contra 1.100.000 votos alcançados nas eleições precedentes. Era o fruto das exageradas promessas de vantagens que os socialistas ofereciam para vencerem a concorrência dos outros partidos.

A maioria compunha-se de deputados cujo nível moral tinha decrescido de legislatura para legislatura. Eram eleitos quasi todos com o apoio do governo, que os recrutava entre os pequenos políticos da província, de loquela fácil, que não hesitavam diante de quaisquer oposições e opiniões e, por estes motivos, eram tidos pelos seus eleitores como capazes de prestar serviços.

Tal era a situação na França.

O despertar da Inglaterra

A Inglaterra passava, precisamente ao explodir a guerra, por uma das fases críticas da sua historia. Sempre dominada pela idea de que para garantir a sua inviolabilidade bastaria a superioridade naval de que gozava, apenas mantinha o seu tradicional pequeno exército de mercenários. Pendia sobre ela a ameaça duma guerra civil na Irlanda. Abalara-a profundamente a tentativa dos radicalistas, cujo partido havia empreendido uma verdadeira reorganização social.

E' nestas condições que o tremendo ciclone a surpreende.

Embora não tanto como a França, a Inglaterra deixara-se também invadir pelas teorias pacifistas, ⁽¹⁾ divulgadas

¹ Por uma estatística publicada em 1903, a Alemanha tinha 3 Sociedades de Paz formando 73 grupos; a França 29 com 120; a Gran-Bretanha 13 com 72.

pelos socialistas e por alguns dos próprios governantes. Mais do que nunca alimentava a crença de que isolada na sua ilha estava ao abrigo de qualquer ataque, e nem uma guerra lhe parecia possível.

Ainda que lento, o despertar do povo inglês foi terrível. Levou tempo a descobrir o extensão do perigo que corria e que punha em jogo o seu próprio destino.

O poderio britânico, desde as praias de Inglaterra ao Nilo e ao golfo Persico estava ameaçado de destruição por um temível inimigo.

Era forçoso criar, e criar a tempo útil, um exercito, e fabricar material de guerra para que nenhum elemento possuía.

Foi uma prova concludente a que teve de submeter-se o facto dos seus homens publicos.

Logo ao começo das hostilidades, surgiu para a Inglaterra um problema de que dependeria a sua existencia nacional. — Qual seria a conduta das diversas provincias do seu vasto imperio?

Conheceu-se então quanto fôra habil a sua politica; na hora do perigo colheu-lhe os beneficios. A Inglaterra tinha sabido governar os povos que havia sujeitado, respeitando as regras mais equitativas. Concedera a independencia ao Transvaal depois de o ter vencido; a Australia governava-se à sua vontade e o Canadá tambem. Como resultado da sua habil e liberal politica, chegam-lhe valiosos auxilios de todos os pontos do globo, da Australia, do Canadá e da India; ficam inanes as tentativas de sublevação que os alemães fomentam nas colonias; a guerra tem como consequencia a consolidação de um imperio semi-agregado, dando-lhe uma coesão nunca até então atingida. Esta feliz circumstancia permite-lhe a nova organização a empreender.

Habitos de tantos seculos não se quebram, porém, facilmente. As dificuldades encontradas para a preparação a que os governantes se entregaram, compreendem-se perfeitamente considerando quanto é poderosa a acção do passado sobre o presente e quanto foi sempre restrita a acção dos governantes ingleses sobre o povo. Causa espanto aos de fóra e por vezes irrita vêr com que morosidade os ingleses se armaram durante o primeiro ano da luta. Mas para impor uma orga-

nização tão oposta ao existente, era forçoso conquistar primeiro a opinião publica, transformar no povo as concepções que o obsediavam, os habitos adquiridos, as tradições que desde epocas remotas sempre o orientavam.

Gustavo Le Bon, que entre outros autores especialmente estou seguindo neste estudo, descreve com o brilho da sua incontestavel competencia o enorme esforço levado então a efeito pelos poderes britannicos.

O rei, os ministros e o Parlamento, escreve o insigne filosofo, nada poderiam fazer sem o apoio da opinião, porque governam com ela e não contra ela. Foi uma emprêsa trabalhosa fazer com que o povo inglês mudasse de ideas. Antes de pôr em pratica as transformações de toda a ordem que eram impostas pela guerra, antes de chegar, sobretudo, a estabelecer o serviço militar obrigatorio, foi preciso levar o povo inglês à renuncia das tradições seculares de independencia e de liberdade, lentamente conquistadas e faze-lo admitir imposições bastante opostas ao seu character.

Ora, nada é tão antipatico a um ingles como um serviço por obrigação. Homens acostumados a governarem-se por si proprios não consentem facilmente que o Estado atente contra a liberdade de que sempre gozaram. Os subditos britannicos não se importam pagar o que se lhes pede, de se associar às obras mais diversas, de instituir escolas, universidades, organizar até regimentos; mas entendem que todas essas cousas devem ser feitas por sua livre vontade e não por imposição.

Conseguir convencer os ingleses, não só de que o serviço militar obrigatorio era uma necessidade imperiosa, mas ainda de que se deviam submeter a uma infinidade de serviços inerentes ao estatismo, foi um trabalho que exigiu da parte dos governos o emprego de uma paciencia infatigavel. O seu argumento basilar, o unico que conseguiu eficacia, consistiu em demonstrar que a existencia da Inglaterra estava seriamente ameaçada. Os alemães encarregaram-se de apoiar essa demonstração, indo com *zeppelins* bombardear o interior da Gran-Bretanha. Foi então que o povo compreendeu que a ilha não era inacessivel ao ataque.

Não toparam com menos dificuldades os ministros, quando diligenciaram convencer o povo de que devia renunciar a

toda e qualquer independência. O método de persuasão de que se serviam e que tão bem se adaptou à estrutura da alma britânica, consistiu, primeiramente em fazer acreditar aos seus auditores que actuavam sempre por sua livre vontade, sem imposição, como se pode ajuizar do seguinte trecho dum discurso proferido por Lloyd George, em Liverpool, dirigindo-se aos patrões e operários metalurgistas a propósito da questão do fabrico do material de guerra.

Disse o ministro :

«Peço-lhes que constituam com elementos seus um *comite* de direcção, que se organizem com os elementos industriais de que dispõem nesta região, para obter dela a maior produção possível. Eu digo aos delegados desta comunidade:— considerem este caso como de interesse proprio. Não é um governo que entra em negociações com os senhores. Os senhores são o governo. Os senhores tem um alto interesse nesta empresa. Digo o mesmo aos operários. Trata-se também do seu interesse. . . .»

Transparece com todo o seu brilho, nestas poucas linhas, toda a grande diferença que separa a mentalidade inglesa da mentalidade alemã.

Na Alemanha o governo ordena e o povo obedece. Na Inglaterra, para se conseguir que o povo obedeça, é preciso conquistar-lhe primeiramente a vontade. Realmente foi apenas devido à sua vontade que o povo inglês se submeteu às conjunturas impostas pela guerra.

Obter o concurso dos operários para o fabrico de munições, paralizar as greves que surgiam de diferentes lados, aumentar o alistamento de voluntários, preparar a opinião para aceitar a necessidade final do serviço militar obrigatorio, tudo isto exigiu um trabalho prodigioso por parte dos governantes, tendo estes que intervir pessoalmente e repetidas vezes em todos estes assuntos.

Tomaram parte no lento e perseverante trabalho realizado os ministros, os jornalistas, as mulheres, os chefes do partido operario, actuando todos na medida das suas forças e segundo os meios de que dispunham. E quando o povo compreendeu que não bastavam só os alistamentos dos voluntários, acabou por aceitar o serviço obrigatorio. Ainda assim foi preciso um ano para que o Parlamento o aceitasse. Não

se teria podido faze-lo votar mais depressa sem provocar uma revolução.

Não eram, por forma alguma, os perigos da vida militar que motivavam a opposição, por quanto dois milhões de ingleses se inscreveram voluntariamente, resultado notavel que não se teria alcançado noutro país. Sómente o que o povo britânico tinha como intoleravel era a idea da obrigação.

Para pôr a Gran-Bretanha em estado de entrar na luta, não lhe bastaria só ter homens; era forçoso instrui-los, arma-los, montar oficinas, aproveitar as que já existiam e, para conseguir tudo isso, fazer com que as industrias mudassem todos os seus habitos de independencia.

Criou-se uma repartição de munições. Uma lei, chamada das munições, permitiu que o governo fiscalisasse os patrões e os operarios, fixasse as tarefas, interviesse nos preços dos salarios, numa palavra, que subordinasse o cidadão, progressivamente, ao interesse publico. Tudo isto representa a subversão do velho individualismo e de todas as tradições inglesas. Tais transformações nem sempre se efectuaram sem encontrar resistencia. A greve dos carvoeiros do país de Gales quasi que immobilizou a esquadra inglesa. Os ferro-viarios ameaçavam com uma gréve geral. O ministério dividiu-se em partidos oppositos. Nunca um governo conheceu semelhantes difficuldades.

Porém, a necessidade, a verdadeira soberana das cousas, acabou por superar todos os obstaculos. A alma inglesa cedeu lentamente sim, mas cedeu e logrou adaptar-se às formas duma existencia tão inesperada para ela.

Era o abandono final das liberdades conquistadas por seculos de esforços, uma transformação completa de regimen, a vontade do Estado substituindo, como na Alemanha, a iniciativa dos cidadãos, que sendo bastante em tempo de paz, deixa de o ser em tempo de guerra. No espaço de um ano, a Gran-Bretanha passou do individualismo ao estatismo.

E' impossivel por enquanto, — remata o filosofo que vim seguindo —, seja a quem fôr, prever as consequencias remotas de uma tal evolução. Felizmente para a Inglaterra as qualidades que lhe deram a sua força, tenacidade inquebrantavel, gosto pelo esforço, domínio sobre si propria, respeito pela palavra comprometida, sentimento do dever, todas estas

grandes qualidades não perecem com as mudanças momentaneas porque passa a existencia.

Como consequencia final de todo o esforço empreendido pôde notar-se que na Inglaterra desapareceu a falta de trabalho; os salarios aumentaram em proporções enormes em virtude da falta de braços, o que trás a concorrência das mulheres; o bem-estar, e por vezes o luxo entram em grande numero de lares que nunca os tinham conhecido. Pelo que diz respeito às classes médias e elevadas, essas não hesitaram em consagrar uma grande parte dos seus recursos às despesas com a guerra. Os novos impostos oneram os cidadãos com um terço dos seus rendimentos. A Inglaterra mostra-se e com razão orgulhosa pelos pesados sacrificios que fez. A opinião geral é a que traduzia o *Dail Telegraph* a proposito da lei militar.

A nova lei militar é uma das cousas mais notaveis e memoraveis, que a Inglaterra conseguiu efectuar. *O sistema do serviço militar obrigatorio foi instituido pela vontade deliberada do povo inteiro.*

Eis no que deram na Inglaterra as teorias pacifistas. O sentimento da Patria dominou todo e qualquer outro sentimento.

Continúa.

MELLO E ATHAYE

Ten. coronel

O centenário de Fernão de Magalhães

Êste ilustre português e transmontano (pois era natural de Sabrosa, próximo de Vila Real) vai ter em breve a sua celebração centenária, pela memorável descoberta do estreito, que ficou tendo o seu nome. Ao ser celebrada em Espanha a *festa da Raça*, que um tão grande brilhantismo teve em Madrid, o rei Afonso XIII quiz dar-lhe maior relevo, publicando um Decreto determinando a celebração do *IV Centenario de Magalhães*, a qual terá lugar em Sevilha por ocasião da exposição Hispano-Americana, e a que concorrerão os povos americanos da língua espanhola.

Á comissão directora da Exposição Hispano-Americana é confiada a elaboração do programa do Centenário, que terá lugar em 1920.

Por certo que o govêrno português será convidado e far-se-há convenientemente representar na celebração do Centenário de um português ilustre, do mais audacioso navegador do século XVI, e que bastante contribuiu para o engrandecimento dos conhecimentos geográficos daquele século. É certo que Fernão de Magalhães abandonára Portugal e fôra oferecer os seus serviços a Castela; mas se deixára a Pátria, que lhe fôra madrastra, ou antes o rei que só atendia à camarilha que o rodeava, e que, não só se negára a aumentar a tença que Fernão de Magalhães percebia pelos altos serviços prestados na Africa e na Asia, e ainda lhe cuspira a suprema afronta de lhe retirar a mão que Magalhães lhe pretendia beijar, é porém justo reconhecer que, se levava ferido o coração ao abandonar o seu querido Portugal, a sua alma, o seu cerebro, eram ainda de um verdadeiro português, ousado e aventureiro.

A nós pertence-nos o dever de ainda associarmos ao nome do grande navegador, os nomes de outros três portugueses, que o acompanharam nessa memorável viagem, e que foram

o Covilhense Rodrigo Faleiro, Duarte Barbosa e Alvaro de Mesquita, primo de Magalhães. Se as caravelas que sulcaram o estreito, que liga o Atlantico ao Pacífico, eram castelhanas, o seu comandante, o que concebera o plano e dirigirá a sua execução era português.

Portugal e Espanha devem, pois, associar-se na celebração do IV Centenário de Fernão de Magalhães.

V. CESAR

Material e municionamento actual da Infantaria

Como disse no meu artigo *Necessidades Modernas da Infantaria*, esta actualmente faz uso das seguintes armas e munições :

- a) Espingarda c/sabre-baioneta
- b) Granadas de mão
- c) Granadas de espingarda
- d) Espingarda-metralhadora
- e) Metralhadora ligeira
- f) Metralhadoras pesadas
- g) Morteiros ligeiros, que são como que uma pequena artilharia de acompanhamento de infantaria e muito útil para quebrar a resistência dos pontos fortes que o inimigo possa apresentar.

Para uma guerra de movimento não há porém necessidade da utilização dos morteiros médios e pesados, que só podem e devem ser aproveitados em guerras de sítio, quer das sapas contra as obras de defesa, quer destas contra as sapas destruindo-as e impossibilitando o adversário de se manter ou de progredir.

a) Espingarda :

Posto que a actual não seja de constituição assás forte para aguentar uma campanha aturada, deve ser utilizada, distribuindo-se a todos os contingentes.

Para aqueles a que competir carabina deve ser utilizada apenas a Mauser do mesmo calibre.

As restantes armas de calibres diferentes devem ser eliminadas do serviço ou utilizadas para o serviço colonial exclusivamente, criando-se nas colonias uma ou mais fábricas de munições respectivas de modo a não permitir a mistura com as munições da actual espingarda.

As espingardas de calibre diferente podiam utilizar o cartucho actual pela adaptação de um cano e câmara suplemen-

tar no interior das actuais, o que não era dispendioso e permitia a utilização de grande número de espingardas que ainda se encontram em uso e fabricadas com belo metal.

Deve ser estudado, criado e adaptado um tipo de alça telescópica para os atiradores especiais encarregados da execução de tiro sobre objectivos de fácil vulnerabilidade e que convem sejam atingidos logo ao primeiro tiro.

Alças e pontos de mira luminosos para a execução de fogos durante a noite, devem ser devidamente estudadas.

b) Granadas de mão :

Deve ser estabelecido um tipo unico de granada de mão com a forma de ovo e de grandeza própria para ser bem cerrada na mão e cujo peso deverá oscilar entre 300 e 600 grammas, tendo as paredes externas seccionadas de modo a permitirem uma regular fragmentação, é uma carga de violento explosivo de invenção nacional.

Essa granada deve aproximar-se quanto possível da granada Mills inglesa, ser mais pequena e ter a mesma segurança e processo de iscar, porquanto são as mais seguras e mais fáceis de utilizar.

Ha toda a conveniência que o tipo estudado e posto em prática seja tão perfeito quanto possível, a fim de evitar variedades que veem prejudicar o serviço e a instrução.

c) Granada de espingarda :

As granada de mão acima estudadas devem ser feitas de modo a poderem aplicar-se-lhes uma vareta de comprimento determinado e de espessura um pouco inferior ao calibre da espingarda, tendo na parte não roscada e que será a parte inferior uma anilha de metal mole a fim de permitir fácil obturação na ocasião do tiro e produzir portanto o máximo de efeito útil da carga do cartucho a empregar.

Simultaneamente devem ser feitos cartuchos sem bala, com carga própria para o lançamento das referidas granadas e com uma obturação de algodão em rama e fechada no seu topo com uma pequena cauda impermeabilisante de cera ou verniz, evitando que a humidade possa entrar com a carga, inutilizando ou prejudicando o seu efeito.

Nas granadas a usar quer como granadas de mão, quer como granadas de espingarda, convem que o detonar seja feito por tempos e não por percussão, porquanto o rebenta-

mento por tempos é mais seguro tanto para quem a lança como para a certeza do seu funcionamento. A percursão muitas vezes não se executa devido ao facto do projectil encontrar terrenos macios. Também a granada necessita cair de modo que o percutor funcione por enercia, o que aliás pode muitas vezes ser prejudicado quer pelos agentes atmosféricos, quer por obtaculos que a granada vá atravessando ou tangendo e que podem fazer com que a sua queda não permita o funcionamento do percutor.

É pois o processo de tempos que deve ser utilizado.

A granada de espingarda necessita ter um alcance variando entre 150 e 300 metros, como máximo, para poder ser aplicada na guerra de movimento, com exito bastante.

A' distância máxima a granada de espingarda deve rebentar no ar antes de atingir o objectivo e a 2 ou 5 metros do solo, de modo a produzir o máximo de efeito material e moral. É portanto mais outra vantagem da granada de tempos. A produção de estilhaços no rebentamento ás alturas mencionadas, faz tornar perigoso um cone bastante aberto abrangendo todos aqueles que se encontram numa regular superfície de terreno (mortal num circulo do diâmetro de 10 metros), ao paço que a granada rebentando por percussão enterra-se; o rebentamento neste caso produz um cone de dispersão com o vertice no ponto de rebentamento e a base para cima, e em geral com o eixo correspondente á bissectriz do ângulo formado entre a tangente à trajectória no ponto de queda e a normal ao terreno nesse ponto.

O comprimento da mecha e portanto a duração de ignição da mesma deve satisfazer quanto possível ás seguintes condições:

1) Que para o alcance máximo da granada, como granada de espingarda, o seu rebentamento se faça quando ella se encontre entre 2 e 5 metros do solo;

2) Que para o alcance máximo da granada, como granada de mão, o rebentamento se faça de modo a não dar tempo a que o adversário possa apanhar a granada e arremessá-la por sua vez, como aliás tanta vez succedeu no fim da guerra.

Quando lançada de través para través deve-se-lhe deixar soltar primeiro a cavilha contando depressa até 10, o que aliás

se consegue com granadeiros bem instruídos, lançando em seguida.

Em ambos os casos (1 e 2) a velocidade de projecção tem influência e deve ser estudada tomando como base fixa a velocidade dada pelo atirador á mão para no fim de 4 segundos a granada atingir o alvo.

O rebentamento deve ser feito 5 segundos depois de solta a alavanca de segurança e portanto a carga do cartucho de projecção deve ser tal que no fim de 5 e com o ângulo de 45.º a granada esteja entre 5 a 2 metros do solo.

É natural que seja necessária a adopção de um copo especial para o lançamento da granada; contudo era muito mais economico e simples que o processo estudado evitasse esse artigo pela facilidade e economia que tal facto produziria.

Nas futuras guerras ou naquelas que nós temos possibilidade de ter, a granada será usada de preferênciã como granada de espingarda e portanto como tal deverá de preferênciã ser estudada, devendo o seu peso oscilar entre 300 a 600 gramas.

A granada Mills n.º 23 com adaptação para espingarda tem, com o copo antigo, um alcance de 90 jardas, com a inclinação para o alcance máximo, isto é, 45.º; porém, com um copo mais moderno e a adaptação de uma placa na base conseguiu-se ultimamente dar-lhe um alcance de umas 160 jardas com o mesmo ângulo de projecção.

Este copo tem uma fenda, escape de gás, que aberta completamente e estando a arma com o ângulo de 45.º dá aproximadamente 90 jardas e fechada dá o de 160 jardas. Mais ou menos aberta essa fenda dá alcances menores ou maiores com o referido ângulo e dentro dos limites supracitados.

A granada de espingarda tem imensa importância para o ataque a muros e palissadas e posições organizadas defensivamente, porquanto com o seu tiro curvo consegue atingir esses objectivos ultrapassando esses obstáculos, o que aliás não pode fazer nem a espingarda nem a metralhadora. Só o morteiro consegue o mesmo fim, mas é empregado a distâncias maiores.

E' portanto um bom projectíl para desalojar o adversário que ali se abriga.

Porém um dos maiores valores da granada é o seu efeito

moral sôbre as tropas, desorganizando-as com facilidade, sobretudo se o grupo de granadeiros executa no momento oportuno fogos colectivos sôbre um ponto ou pequena frente e os respectivos objectivos são eficazmente atingidos.

d) Espingarda metralhadora:

Hoje, e sobretudo para as nações pequenas, esta arma tem uma importância capital, porque tendo por si só o valor de 25 a 30 homens, apenas pode ocupar 6, para o seu serviço em campo.

Empregando-se para a execução de pequenas rajadas (5 a 7 tiros) e manejada por habéis atiradores, são as ceifeiras das vagas no assalto, e são também as que conservam o defensor oculto, quando no ataque, para facultarem o avanço ás fracções que o executam.

Sôbre o seu efeito material teremos o moral que lhe é muitas vezes superior, e só por si suficiente para evitar que o adversário tente acções de ousadia. E' vantajosa para atingir um objectivo cuja exposição é momentânea, porquanto sendo grande a velocidade do seu tiro (pode dar com facilidade 4 a 5 tiros por segundo) o alvo tem muitas probabilidades de ser atingido.

O tipo que conheço e satisfás bem é o tipo inglês «Lewes».

Entretanto poder-se-ia obter um modelo de «Lewis» modificado, adaptando-a ao calibre da nossa espingarda, modificando a alça e introduzindo-lhe outras modificações tendentes a suprir pequenas deficiências que ella apresente.

O peso de uma espingarda-metralhadora não deve de modo algum exceder (pronta a fazer fogo) 14 kilos, de modo a poder preencher bem o fim a que é destinada, isto é, a viver nos polotões.

e) Metralhadoras ligeiras:

f) Metralhadoras pesadas:

A fim de permitir que se pudesse com facilidade com uma obter a outra por meio de supressão ou adição de peças especiais, deveriam ambas pertencer ao mesmo tipo, diferindo porém apenas no modo de transporte e poder de protecção contra balas e estilhaços de granadas.

As ligeiras, usando tripé ligeiro para fogo deitado ou sentado e protegendo o seu atirador com um pequena chapa de aço, teriam um peso total não excedente a 30 quilos, devendo

poder ser transportada com bastante facilidade por 3 homens e em 3 lotes correspondentes à metralhadora, tripé e chapa de protecção.

As pesadas, usando forte tripé, grande placa de protecção e quando em marcha utilizando rodas, teriam um peso escalando pelos 50 quilos, sendo arrastada pelas estradas por tractores, (em bateria), ou então utilizando burros, mulas ou cavalos que as arrastariam aos grupos de 3.

E' claro que todos estes detalhes são cousas a estudar por comissões de officiais competentes, que tenham lidado em campanha com metralhadoras, a fim de puderem produzir, pela sua experiência, qualquer cousa útil

g) Morteiros ligeiros:

Deverá também ser adoptado um morteiro ligeiro com alcance até 1000 metros, a fim de poder, ás distâncias superiores ao alcance máximo da granada de espingarda, substituí-la, desalojando o adversário dos pontos fortes, permitindo assim o avanço à nossa infantaria.

Eis, portanto, em poucas palavras o que de mais superficial e notável ha a atender na escolha e fabricação de um material moderno com que deve, actualmente, ser dotada uma infantaria, para que possa satisfazer cabalmente à heróica e difícil missão que lhe compete em face dos agentes materiais que o inimigo lhe pode opor.

Abril de 1919.

ANTÓNIO SOARES ANDREA FERREIRA.

Capitão de Infantaria.



CRÓNICA MILITAR

Alemanha

O novo exército alemão.—A seguir ao armistício de novembro de 1918 uma desorganização teve lugar no exército alemão, ficando apenas como forças regularmente organizadas os corpos da *Guarda de segurança republicana* (*Republicanisch Schutzwehr*) e as tropas que ficaram na fronteira oriental e alguns destacamentos na frente ocidental, na proximidade das tropas aliadas de ocupação.

Seguindo o exemplo dos *Soviets*, formaram-se *Conselhos de soldados*, que substituíram os oficiais. As continências e todos os sinais de subordinação hierárquica tinham desaparecido e a maior indisciplina veio derruir todo o célebre sistema militar alemão, que era a base nesse grande exército, que por tão largos anos era o mais modelar da Europa.

Evidentemente todo o sistema social sofrera um grande abalo, que deveria fazer-se sentir no organismo militar.

Este grande abalo fizera oscilar todo o grande edifício da nação, no qual abria várias fendas; mas a derrocada não se deu, como ao princípio se supuzera.

As fundas raízes que o espírito militar profundára em toda a sociedade resistiram a essas oscilações. A nação alemã, dotada de um espírito de ordem, compreendeu que sem ordem não se podia reconstituir, e a ordem só poderia ser garantida por meio da força armada. Logo no mês de dezembro foram publicados alguns decretos, restringindo as atribuições dos *conselhos de soldados*, dissolvendo a *guarda republicana*, e criando o *Reichswehr*, que deverá servir de núcleo ao novo exército.

O *Reichswehr* será recrutado pelo sistema do *voluntariado* e com carácter *regional*. A unidade superior é a *brigada mixta*, constituída com unidades de todas as armas e os serviços correspondentes.

O *batalhão* de infantaria passa a ter 3 companhias, sendo o seu efectivo de 21 oficiais e 450 praças de pré. Cada *companhia de metralhadoras* tem 4 oficiais e 95 praças de pré. O *esquadrão de cavalaria* tem 7 oficiais e 192 praças de pré.

O número de voluntários, que tem corrido a alistar-se é grande, tendo-se apresentado muitos estudantes, sargentos e praças do antigo exército, assim como grande quantidade de ex-officiais. Contudo o sistema voluntário não pode dar os efectivos necessários para se constituir um grande exército.

Em março deste ano um novo decreto restabeleceu as prerrogativas dos oficiais, estabelecendo os diferentes graus hierárquicos e voltando-se à antiga disciplina militar.

Os comandos voltaram a ser exercidos pelos antigos generais e oficiais de prestígio, que se distinguiram durante a guerra.

Houve, porém, uma certa atenuação nos antigos rigores disciplinares.

No regimento só o coronel tem o direito de castigar, não podendo impôr mais que cinco dias de detenção. Só os *conselhos de disciplina* podem aplicar maiores castigos. Em cada companhia o conselho de disciplina é constituído por 3 indivíduos da mesma graduação que os deliquêntes. Ha conselhos de disciplina também de batalhão e de regimento.

Êstes conselhos são intermediários entre as praças e os oficiais, defende junto dêstes os interesses daqueles, e fiscalizando tudo que diz respeito à alimentação, à higiene, polícia e administração.

Tais organismos são porém mais teóricos do que reaes, por isso que não mandam, não dão ordens, e limitam-se a chamar a atenção dos superiores para certas faltas que a estes possam ter passado desapercibidas. É certo, porém, que se quebraram as antigas barreiras que separavam os oficiais das praças de pré. O espírito republicano tem feito verdadeiros progressos, penetrando em tôdas as classes sociais, mais do que era de esperar numa nação imperia- lista.

A instrução militar preparatória está sendo ministrada em tôdas as escolas, obedecendo a um plâno geral e metódico, de forma a tornar illusória a limitação dos efectivos permanentes, que a *Entente* impoz ao govêrno alemão.

Espanha

Escola central de tiro.—Pela 1.^a secção da *escola central de tiro* se realizarão no campo de Carabanchel e nos campos eventuais, que foram determinados, exercícios de tiro de artilharia, para os quais se fixa como mínimo um consumo de 800 granadas ordinárias e 300 granadas com metralha com as peças de 7^{cm},5 T. R.; de 100 granadas ordinárias e 100 com metralha para as peças de 12^{cm} e obuzes de 15^{cm}.

Para as experiências com peças especiais no tiro contra aviões se destinam, pelo menos, 300 granadas de metralha e igual número de granadas fumigineas.

Um grupo de baterias de cada um dos regimentos n.º 13 e n.º 9 realizam tiros reais, começando estes exercícios a partir de 15 de setembro. Um grupo de baterias pesadas de cada um dos regimentos n.º 4 e n.º 6 realizam também fogos reais a partir de 1 de novembro.

Os regimentos de artilharia ligeira n.ºs 3 e 4 realizam exercícios de tiro simulado.

Para as despesas com estes exercícios são destinadas 15.000 pesetas.

A estes exercícios assistem 3 ou 4 oficiais da 1.^a secção da escola de tiro, o coronel director da mesma secção, acompanhado de um oficial, assim como oficiais de algumas unidades, que para isso sejam autorizados.

Contribuição de rendas de casas paga pelos oficiais.—Foi determinado (R. O. de 28 de agosto) que os oficiais que habitam edifícios do Estado paguem contribuição de renda de casa, a qual incidirá sôbre a décima parte do soldo, e não segundo o valor da habitação.

Aos oficiais que, por não terem habitação em edifícios do Estado, tenham de alugar casa, a contribuição de rendas de casa é lançada, não segundo a renda que pagam, mas sobre a décima parte do soldo, a não ser que a renda passe além de determinados limites.

França

Perdas durante a guerra no corpo de aviação.— Desde 4 de agosto de 1914 a 11 de novembro de 1918 nas zonas dos exércitos as perdas sofridas pelo corpo de aviação francês foram : 1.945 pilotos e observadores mortos ; 1.461 desaparecidos e 2.922 feridos.

Na *zona do interior*, mas que para o serviço aéreo é considerada como zona de guerra, as perdas foram de 1.927 pilotos e observadores.

As perdas da aviação francesa foram, pois, de 7.757 homens.

O pessoal de aviação em 1 de dezembro de 1918 era de 12.919 homens.

As perdas elevam-se assim a 61 % do efectivo, proporção superior a que teve qualquer outra arma.

As fábricas de aeronautica empregavam 12.650 operários em 1 de janeiro de 1915, e que foram elevados a 30.960 em 1 de janeiro de 1916, a 68.920 em janeiro de 1917 e a 131.551 em 1918 e que atingira 186.000 em novembro de 1918.

Inglaterra

Novos dirigíveis.— No mês de março foram constituídos em Inglaterra dois novos dirigíveis, os R-33 e R-34, que já deram as suas provas oficiais. O primeiro foi construído em Selby, na casa Armstrong-Whitworth, e o segundo em Clyde, na casa Beardmore.

Cada um dos dirigíveis tem de comprimento 203 metros, 24^m,30 de diâmetro e 56.000 M³ de capacidade. O seu peso total é de 30 toneladas e a força ascensional bruta é de 60 toneladas, enquanto que a útil é de 30 T.

Cada dirigível é dotado de 5 máquinas de 250 H. P., que permitem uma velocidade de 112 quilómetros à hora.

Cada máquina tem 12 cilindros dispostos em V.

O dirigível R-34 fez em 23 de março uma viagem contínua de 19 horas, com uma velocidade média de 97 quilómetros, e tendo de atravessar um denso nevoeiro, e suportado uma chuva de granizo.

A casa Vickers está actualmente construindo em Barrow outro dirigível de 33.600 M³ de capacidade com 4 motores de 240 H. P. o qual é destinado a fazer a travessia do Atlântico com passageiros, levando uma tripulação de 16 homens.

O almirantado mandou construir mais 4 dirigíveis às casas Beardmore, Armstrong, Whitworth e Short Brothers, os quais são ainda maiores que os R-33 e R-34, pois terão 213^m de comprimento, uma capacidade de 70.000 M³, uma velocidade de 130 quilómetros e uma força ascensional de 70 toneladas.

Superioridade inglesa em aviação em relação à Alemanha.— Em virtude da enorme actividade desenvolvida na construção de aviões, a Inglaterra chegou a ter superioridade sobre a Alemanha.

A Inglaterra em 1918 dispunha de 121.000 aeroplanos, 1.300 hidroaviões e 103 dirigíveis, tendo ainda em construção 25.000 aviões e 55.000 motores.

O corpo de aviação contava 30.000 oficiais e 264.000 homens de tropa.

A Alemanha dispunha de 2.700 aparelhos, sendo 200 aeroplanos de bombardeamento, 250 de infantaria, 1.150 de caça e 1.100 de reconhecimento e observação. Mensalmente, construía 60 aparelhos.

Vê-se, portanto, que a Alemanha estava perdendo terreno, sob o ponto de vista da aviação, como noutros meios de acção, o que devia necessariamente provocar uma inferioridade moral.

A sua derrota era fatal, pois os factores materiais e morais que influem na guerra, iam-lhe sendo cada vez mais desfavoráveis.

Italia

As perdas sofridas pelo exército italiano na grande guerra.—Até agora tem-se guardado a maior reserva sobre as baixas sofridas pelo exército italiano, e só ultimamente se tem dito a verdade. As perdas foram extraordinárias: 428.000 mortos, 946.640 feridos e 519.210 prisioneiros.

Examinando os efectivos correspondentes aos diferentes anos da guerra, vê-se que houve em:

1915—mortos, 6,7 %; feridos, 19,2 %; prisioneiros, 2,5 %—Total, 28,4 %
1916— » 8,4 ; » 20,1 ; » 5,6 — » 34,1
1917— » 7,4 ; » 17,8 ; » 19,3 — » 44,5
1918— » 1,9 ; » 4,8 ; » 3,1 — » 9,8

Distruindo por armas, temos:

	Força combatente	Mortos	Feridos
Infantaria.....	868.000	314.300	896.700
Artilharia.....	255.000	9.200	28.200
Engenharia.....	123.000	3.900	14.600
Cavalaria.....	26.000	1.000	3.400
Outras armas e serviços.....	422.000	1.600	4.100
Totais.....	1.694.000	330.000	947.000

Examinando as perdas das principais batalhas, notamos:

1.^a batalha do Isonzo (maio-junho de 1915)—54.000 mortos; 160.000 feridos; 21.000 prisioneiros;

2.^a batalha do Isonzo (agosto-novembro de 1916)—45.000 mortos; 112.000 feridos; 20.000 prisioneiros;

3.^a batalha do Isonzo (maio-setembro de 1917)—92.000 mortos; 226.000 feridos; 46.000 prisioneiros;

Isonzo-Trentino (24 de outubro-31 de dezembro de 1917)—37.000 mortos; 91.000 feridos; 335.000 prisioneiros;
Astico-Piave (15-28 de junho de 1918)—11.000 mortos; 29.000 feridos; 52.000 prisioneiros;
Grappa-Piave (24 de outubro-4 de novembro de 1918)—7.000 mortos, 23.000 feridos; 3.000 prisioneiros.

As tropas que sofreram mais perdas foram as de infantaria.

Na batalha do Piave foi o IIIº exército o que teve maiores perdas.

A brigada Sesia, perdeu 112 oficiais e 3.223 praças (70 % do efectivo);

A brigada Ferrara, perdeu 85 oficiais e 2.859 praças (63 % do efectivo)

A brigada Cosenza, perdeu 88 oficiais e 2.814 praças (63 % do efectivo);

(Extraído da revista *La Guerra y su preparacion*).



CRÓNICA MARÍTIMA

Portugal

Os tirocinios de embarque.—Prometemos na última crónica reproduzirmos o que em 1899, escrevemos nos *Anais do Club Militar Naval*, sôbre este momentoso assunto

É que se torna cada vez mais necessário, tratar, a sério, da sua regularização para evitar factos anormais que actualmente se estão dando na nossa marinha de guerra, por carencia do material para efectivar os tirocinios acima referidos.

O nosso fim, no que deixamos escrito nestas crónicas, está dentro do programa da nossa *Revista*, ou seja, tratar de tudo que interessa ao desenvolvimento e progresso da nossa força armada, e quanto pode concorrer para a instrução e educação militar do seu pessoal.

O nosso intento é chamar a atenção de quem tem poder e influência sôbre os destinos da marinha, para, com o seu alto espírito, subido critério, e profundo conhecimento de profissão, poder sem demora, decretar medidas, tomar urgentes providências para remediar este estado de cousas.

Neste nosso sincero apêlo, procuramos ser o mais correcto e respeitoso possível, fazendo tôda a diligência para não melindrar, seja quem fôr, não havendo da nossa parte o mais ligeiro propósito de crítica contundente, quando, às vezes, procuramos amenisar um pouco a nossa fastidiosa prosa. Narramos factos que são do conhecimento de todos, procurando sermos sempre verdadeiro no que avançamos, e mais nada.

Dito isto, diremos que ha actualmente dois capitães de mar e guerra, que já tem de ha muito vaga para o posto immediato e que não podem ser promovidos, um porque lhe faltam poucos dias de navegação, (ainda não os fez) e outro porque lhe faltam três meses de embarque, fundeado no Tejo ou em qualquer parte, e que só ha pouco poudes começar, por motivos que não nos cumpre apreciar porque, repetimos, não queremos melindrar ninguém. Mas lá o está fazendo, e depois sempre consegue pôr no braço os galões e estrêlas de contra-almirante. Mas será o official indemnizado do grande prejuizo da differença de vencimentos de mais de seis meses? Oxala o seja.

Não temos procuração desses officiais para advogar nêste logar, os seus interesses; nem mesmo sonham que nos estamos ocupando dêles, apesar da estreita amizade que nos liga desde os bancos da Escola Naval, ha uns bons 34 anos.

Mencionamos o facto para lhe darem remédio e mesmo porque se pode êle repetir amanhã com outro official a quem dedicamos não menos arraigada

amizade, e que podemos asseverar, sem receio da contestação, ser o nosso melhor amigo.

Não ha navios grandes em estado de navegar? Ou ha um só, e esse mesmo confiado a um capitão de fragata muito distinto, e também amigo, diga-se a verdade, já que estamos em maré e com muito prazer de registrar afeições, numa época em que parece andarmos zangados uns com os outros?

Ha navios pequenos. Cada qual dá o que tem e não é mais obrigado, mas assim ao menos permite que um official tenha o seu tirocinio completo quando lhe chega a promoção.

Antes de transcrevermos o trecho prometido, seja-nos permitido também registrar aqui o que sobre tirocinios escreveu em 1899 a páginas 541 dos *Anais do Club*, a propósito do pessoal da nossa marinha militar, o nosso saudoso amigo cuja morte prematura, cada vez mais pranteamos, o então 1.º tenente João Batista Ferreira.

Não assinou o artigo (como nós também não assinámos) apesar de completamente inofensivas as suas afirmações justas e verdadeiras.

Mas no esclarecido espirito do inteligente official que morreu cheio de trabalho e canceiras em prol da instrução, não imperava a mais ligeira sombra de vaidade de se tornar conhecido. Expunha idéas, patenteava faltas para que as remediasse quem para tal era competente, e era bastante.

Era esse também o nosso desejo, e também o é ainda hoje que vemos inteiramente de pé, as considerações expendidas ha vinte anos.

Eis o trecho do artigo de Batista Ferreira:

.....

Os tirocinios não poderão continuar a ser o que são hoje: tempo passado nas estações coloniais em qualquer serviço. Não se pode admitir um official tirocinando num pontão simples depósito de praças ou material, ajudante de ordens *ad hoc* de um governador, ou comandando uma divisão em terra.

O tirocinio deverá ser no mar, num navio militar ou comandando uma divisão que navegue e possa entregar-se aos indispensaveis exercícos que a reunião de mais de um navio permitirá.

É claro que o serviço nos depósitos e outros menos obsoletos não pode deixar de ser feito por officiais, porém, como simples serviço da arma, correndo por todos e não como tirocinio para a passagem de postos.

Uma outra necessidade que se impõe na ordem de idéas que formulamos é a criação de uma escala de comandos que só será alterada com a indicação das razões porque o official pretendente, não merece a confiança necessária para comandar o navio que lhe pertenceria. Deste modo todos desempenharão todos os cargos de bordo e não se tornará a dar o que hoje está sendo muito freqüente, que é haver bastantes officiais que depois de segundos tenentes nunca mais são empregados senão em comissões de comando.

Julgamos que sobre as bases apresentadas se poderá legislar e regulamentar de modo a que todo o pessoal da classe dos officiais de marinha militar possa num período relativamente rápido estar à altura do material de guerra moderno com que terá de lidar.

É necessário por ultimo não desprezar no problema o factor da idade,

que é importante, sobretudo se se exigir, como se pratica em quasi tôdas as marinhas, bastante serviço no mar nos postos elevados.

Em tôdas as nações se tem trabalhado para que o oficial de marinha chegue a almirante relativamente novo e isto conseguiu-se reduzindo os limites de idade estabelecidos para vários postos e dificultando os quesitos da promoção.

Infelizmente entre nós pensa-se o contrário, e actualmente parece querer-se generalisar o elevado limite de setenta anos para todos os postos.

.....

E agora o que escrevemos nos *Anais do Club Militar Naval*, a páginas 770, logo a seguir quasi ao nosso grande amigo.

.....

Os tirocinios de embarque em Inglaterra.—Pelo almirantado inglês foi publicado um novo regulamento simplificando o sistema da contagem do tempo de serviço dos officiaes da armada, para os efeitos de promoção, reforma, etc. A principal alteração consiste numa definição mais rigorosa do serviço num navio de guerra no mar, que será para o futuro da forma seguinte :

1.º—Todo o tempo servido a bordo dos navios de guerra, ou embarcações comissionadas para o serviço no mar, ou empregadas no serviço hidrográfico ;

2.º—Serviço nos navios guarda-costas e nos navios de exercício da Real reserva naval, enquanto armadas para o serviço no mar;

3.º—Serviço nos navios de alto mar, destinados a abastecimento dos guarda-costas quando em exercício durante a epoca dos cruzeiros, e quaisquer outras identicas embarcações para o abastecimento dos navios nos portos quando o almirantado declare serem transportes de alto mar.

Para qualificar um capitão de mar e guerra (captain) para a promoção, deve este ter servido num navio de guerra no mar por seis anos durante a paz, quatro durante a guerra, ou cinco durante a paz e guerra combinados.

Todos os officiaes neste posto que não tiverem completado este tempo na ocasião de lhes pertencer promoção, serão reformados. Para qualificar um capitão de fragata (comander) para a promoção, deve este ter completado dois anos de serviço como comander, dos quais um pelo menos num navio de guerra no mar. Para qualificar um primeiro tenente deve este ter completado quatro anos de serviço neste posto dos quais três, num navio de guerra no mar. Um tenente, pode contudo ser promovido a capitão de fragata por distinção em combate, contanto que tenha completado dois anos de serviço neste posto, dos quais um pelo menos num navio de guerra no mar.

Este novo regulamento que já foi sancionado por Sua Magestade a Rainha em conselho, teve começo no dia 1 de abril do corrente ano.

Daqui se conclue que para um official ascender ao posto de contra-almirante, ha de ter servido no mar durante dez anos, desde primeiro tenente, seis dos quais no posto em que desempenhará forçosamente comissões de comando.

Entre nós, pela carta de lei de 7 de Julho de 1898, basta apenas dois anos e meio, um ano em primeiro tenente e seis mezes em cada um dos postos superiores, e chega-se a compreender esta grande diferença de tirocinio, para habilitar um official a assumir o elevado cargo de chefe de uma força naval, honrosissimo pelas altas e invejaveis funções que exerce durante a paz e pelas tremendas responsabilidades que assume durante a guerra. Aqui chega um official ao posto de contra-almirante e não encontra esquadras para comandar.

Para outros logares que é chamado a desempenhar, nem tanto precisa e, exigente foi portanto, ainda a carta de lei acima mencionada.

De duas uma, ou precisamos de marinha como ella deve ser ou não.

Se precisamos, como parece demonstrado, enquanto tivermos vastissimas fronteiras a defender, em Portugal e nas colónias, devemos cada um de nós fazer esforços necessários para levantar a nossa marinha à altura em que deve estar, e não dar logar a que se escreva no Times que o exército e a marinha portuguezes são cousas inúteis enquanto a Inglaterra fôr aliada de Portugal (*Diario de Noticias*, de 5 de setembro).

Não devemos adormecer depois da aquisição dos nossos navios de guerra, pelo contrário, cumpre educar com elles o nosso pessoal, seguindo na metódica e bem dirigida instrução. Cumpre depois ir aumentando successivamente a nossa marinha com novos elementos, começando pelos torpedeiros de que contamos um número irrisório, e cuja aquisição tem sido calorosamente defendida como elementos indispensáveis à nossa defesa, pelos officiais, que mais se têm dedicado ao estudo desta importantissima classe de navios...¹

Mas não estamos traçando um programa de restauração da nossa marinha; falta-nos para isso a devida competencia.

O nosso fim é frisarmos bem que a diferença de tirocinios exigidos entre nós e na primeira potência naval do mundo, é uma demonstração clara do abatimento a que chegou a marinha portugueza, por falta de não termos acompanhado os extraordinários progressos da construção naval, e não termos adoptado uma organização dos serviços cada vez mais importantes que esses progressos exigiam.

Ainda que tarde, e devido aos esforços e boa vontade do conselheiro Jacinto Candido da Silva foi confiada a direcção técnica do arsenal ao habil e activo engenheiro naval Mr. Croneau, e os resultados obtidos proclamam bem alto a utilidade de tal medida, e se maiores e mais brilhantes não são, tal falta se não pode com justiça attribuir ao distinto engenheiro nem ao pessoal superior que o auxiliou no seu espinhoso encargo, mas sim a circunstâncias que não nos compete apreciar.

Mas é sufficiente reformar apenas o material? Não. Torna-se muito urgente uma reforma eficaz dos serviços exigidos nos modernos navios, de forma a obter o muito que pode dar o marinheiro portuguez, quando bem aproveitada a sua, de ha muito comprovada aptidão.

O pessoal é de primeira ordem; falta educal-o, e então quando neste sentido se fizer a citada reforma de serviços, se reconhecerá a necessidade de ampliar em larga escala os tirocinios exigidos na carta de lei de 7 de Julho de 1898, imitando assim o exemplo dessa admiravel nação que exige um largo

¹ Convem repetir que escreviamos em 1899.

e aturado tirocinio no mar aos oficiais a quem confia as suas poderosas esquadras, como aquela que ha pouco o povo de Lisboa contemplou no nosso Tejo.

Desde essa data em diante, quasi se não buliu mais com os tirocinios, e já se sabia que um capitão de mar e guerra tinha de ir lá para fora por seis meses comandar uma divisão, e depois um navio (quando aquele género faltou no mercado) se queria ser promovido a oficial general.

Em 31 de agosto de 1917, aperece uma lei sôbre promoções, limites de idade, tirocinios, etc., em que muitos capitães de mar e guerra e oficiais superiores, se virão de repente, automaticamente, como numa scêna de mágica, com tirocinio para almirante. Bastava que o tivesse feito em capitão-tenente ou capitão de fragata e ainda hoje é isso o suficiente.

Aparece até um capitão de fragata que não tinha tirocinio para capitão de mar e guerra, mas possuia-o para almirante.

E alguns capitães de mar e guerra, que tinham tirocinio autentico, não o poderão utilizar, por lhe encurtarem os limites de idade, e o tempo em que podia estar em comissões estranhas ao serviço da arma.

Eis explicado o motivo porque actualmente um capitão de mar e guerra difficilmente consegue fazer tirocinio. Teve muito tempo de o fazer em navios maneiros, que se podem meter em todos os buracos, que se manobram commodamente, numa palavra, que possuem condições que nos enchem de inveja de os não termos tido no nosso tempo.

É evidente que por esta forma, algumas injustiças apareceram e deve dizer-se que em parte, já foram reparadas pelo que sentimos muita satisfação em o registar nas páginas da nossa Revista. Chegámos a fim da nossa jornada, em que procurámos não dar encontrão ou pisar fosse quem fosse, como era do nosso firme propósito segundo no princípio dissémos.

O que muito desejavamos, e cremos não estar fora da verdade avançando ser este o sentir da maioria da corporação é que se repare, no limite do possível uma ou outra antiga injustiça, por certo involuntária, que tivesse escapado, e que a nova lei que se espera sôbre tirocinios, faça desaparecer os inconvenientes apontados.

Se assim fôr, é com intimo jubilo que, neste logar, exaltaremos obra tão meritória, e quando se trata de elogiar justamente camaradas, temos alma para escrever, não com a prosa rendilhada e colorida de Wenceslau de Moraes, Lopes de Mendonça e Almeida de Eça, que a tão alto não podemos chegar, nem mesmo passámos do chão, mas com a franqueza e sinceridade que sempre nos presámos de ter nos nossos pobrissimos escritos. E agora nisto não nos cançamos de o repetir não censuramos, não amesquinhamos. Apenas trabalhamos para que se entre com vontade no caminho de ressurgimento e progresso da marinha de guerra portuguesa.

Os novos cruzadores. — Sômos informados de que está nomeada uma comissão de abalisados e distintos oficiais para irem a Inglaterra escolher oito dos cento e tantos pequenos cruzadores que a Inglaterra construiu apenas

para o serviço de comboios durante a guerra. Mais nos informaram que alguns possuem duas máquinas.

Confiamos no patriotismo dos membros da ilustre comissão, que por certo se desempenhará brilhantemente da sua espinhosa, ardua e melindrosa missão de tão grande responsabilidade e ficamos esperando ansiosamente o momento de nesta secção da nossa *Revista* patentear aos seus leitores os trabalhos dessa comissão que fazemos os mais vehementes votos, sejam coroados do mais feliz exito.

Ha pois tôda a esperança de que a marinha de guerra portugueza terá em breve oito unidades de lavar e durar, e vêmos com satisfação, ter sido seguido pelas autoridades superiores, o alvitre que no último número apresentamos.

Homenagem da Escola Naval, aos seus antigos alunos mortos na guerra.

—Teve logar no dia 2 de Outubro, com a assistência de S. Ex.^{as} o Sr. Presidente da Republica, contra-almirante Canto e Castro, Ministro da Marinha e autoridades superiores de marinha, a inauguração de uma placa de prata comemorativa dos nomes dos antigos alunos que, vítimas do dever militar, perderam a vida na grande guerra que ha pouco teve o seu termo.

São êles, o aspirante de marinha, Antonio Rodrigues Janeiro, morto em combate no Rio Rovuma, quando, em 27 de maio de 1916, estava prestes a alcançar a margem alemã; Raul Alexandre Cascais, 1.^o tenente, comandante do caça-minas *Roberto Ivens*, morto por explosão duma mina, na barra do Tejo em 25 de Julho de 1917; Eduardo Francisco de Azeredo Vasconcelos, 1.^o tenente aviador, morto em serviço de reconhecimento em hidro-avião, próximo ao Cabo da Roca, em 23 de Agosto de 1918; José Botelho de Carvalho Araujo, 1.^o tenente, comandante do caça-minas *Augusto de Castilho*, morto em combate com um submarino alemão, no mar dos Açores em 14 de Outubro de 1918; Carlos Eloi da Mota Freitas, aspirante de marinha, morto no mesmo combate, logo no seu inicio.

Já prestámos a todos estes bravos, nos *Anais do Club Militar Naval e Revista Militar*, a devida homenagem a quem tanto honrou o botão de ancora, sentindo apenas não possuirmos os dotes necessários, para traduzirmos o nosso pensamento em frase levantada, e linguagem harmoniosa e elegante, para que em todos os tempos fosse avidamente procurada essa leitura, como exemplo e incentivo a novos cometimentos. Era sincera, era sentida mas não era bastante e dessa falta estamos pesarosos.

Seja-nos pois permitido remedial-a por completo, se não hoje, pela falta de espaço, mas no número seguinte publicando a brilhante oração do sábio professor da Escola Naval, vice-almirante Almeida de Eça, sôbre tão elevado assunto.

Tão notavel documento, esse sim, merece bem ficar registado nas páginas desta *Revista*, precioso arquivo, que, a miudo, consultamos com deleite, lamentando que a falta de tempo com que agora lutamos, nos não permita, por enquanto, usufruir com o preciso socêgo de espirito, nos lindos dias que nos porporciona o sol de Portugal, ou no confortavel silêncio das noutes serenas, os vastos conhecimentos que nêle depositaram as penas brilhantes de escritores ilustres, devotados cultores das sciências militares.

Publicaremos também as breves e eloqüêntas palavras lidas por S. Ex.^a o Sr. Ministro da Marinha e com as quais terminou esta tocante manifestação de fervoroso culto pela memória dos heroicos e desditosos antigos alunos da Escola Naval.

Quiz o destino que fôsse curta a sua passagem por este mundo. Mas a placa comemorativa que agora se inaugurou, conservar-se-ha sempre e será guardada como uma preciosa reliquia, a mostrar aos futuros alunos, que a Escola onde êles aprenderam a ir para o mar, não consente que se apague a memória digna e honrada, dos que se portaram com bravura e galhardia, ao serviço da terra que os viu nascer.

Bem haja a Escola Naval, pela sua patriotica iniciativa.

Honra àqueles que com o seu esforço e intelligencia, souberam dar àquela comovente cerimonia o brilho e realce de que, na verdade, era merecedora a idéa nobre e generosa a que êla presidiu.

Rectificação

No numero de Outubro, na pag. 639, linha 17, onde se lê *nossos mixtos*, deve ler-se *navios mixtos*.

V. G. C.

BIBLIOGRAFIA

I — LIVROS

França

- 1 BELLET (Daniel) et Will Darvillé. — *La Guerre moderne et ses nouveaux procédés*. Ouvrage illustré de 153 gravures 3.^e édition. Coulommiers, impr. Paul Brodard. Paris, librairie Hachette et C.^{ie} 79, boulevard Saint-Germain. 1918. Grand In 8, 256 p. 6 fr.
- 2 P. CONTAMINE de Latour *Les Droits des veuves de guerre' et des femmes des demobilisés et de mobilisés*. Laval, imp. L. Barnéoud et C.^{ie} Paris, libr. Picart, 59 boulevard Saint. Picart, 59, boulevard Saint-Michel. 1919. In 8, 32 p. 1 fr. 50
- 3 (Lieutenant.) Fonsagrive. *En batterie ! Verdun 1916 La Somme. L'Aisne Verdun 1917. Fonsagrive*. Paris, impr. Levé ; libr. Dela grave, 15, rue Soufflot. 1919. (24 mai.) In 18, 275 p. 4 fr. 50
- 4 *Pages de gloire de la division marocaine, 1914-1918*. Nancy-Paris, impr. libr. éditeurs. Marc Imhans et René Chapelot. 1916. In-6, 180 p., avec illustrations et 12 planches hors texte. 20 fr. 50
- 5 E. OCELLIANNE. — *Les Pension des victimes de la guerre*. Nouvell loi du 31 mars 1919 sur les pensions militaires. Du droit de l'invalidé. Du droit des ayants cause du decédé. Du tribunal des pensions. Limoges, impr. et libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain 1919. In-16, 106 p. 1 fr. 50
- 6 *Parts list 155 mm. Schneider Howitzer model 1917*. French desing. Superseding ordnance pamphlet No. T. O. F. 18. March 31, 1919 Fours, impr. A. Mame et fils. American Expeditionary forces office of the chief ordnance officer. 1919. In-8, 175 p.
- 7 BERTHAUT (général.) — *De la Marne à la mer du Nord. Vues d'ensemble sur les opérations militaires (1914-1918)*; Mâcon, impr. Protat frères. Paris et Bruxelles, G. Van Oest et C.^{ei} libraires éditeurs. 1919. In 16, 189 p. avec croquis. 4 fr. 50
- 8 GÉNÉRAL BERTHAUT. — *L'Erreur de 1914. Réponse aux critiques*; Avec une préface de M. Joseph Reinch. Mâcon, impr. Protat frères. Paris et Bruxelles G. Van Oest et C.^{ei} libraires éditeurs. 1919. In-16, xiii 205 p. avc croquis. 4 fr. 50
- 9 E. BLANCHET. — *Souvenir du front. Guerre 1914-1918*. Un sonnet. Trois lettres. Moulins, impr. Crépin Leblond libr. Grégoire 1919. In-16, 22 p.
- 10 FERNAND DE BRINON, rédacteur au «Journal des Débats.» — *En guerre. Impressions d'un témoin*. Poitiers, Société française d'imprimerie. Paris, Bloud et Gay, éditeurs, 7 place Saint-Sulpice 1915, In-16 78 p.
- 11 *Guerre (la) et la Responsabilité des chemins de fer*. Fextes annotes. 10

- sptenibre 1918. Poitiers, impr. G. Roy Paris, Ligue de défense contre les chemins de fer. Siège, 155 bis, rue Legendre. 1918. In-8, p., 1 fr. 25
- 12 M. LAIGNEL — Lavastine, professeur agrégé à la Faculté de médecine des hôpitaux de Paris, et Paul Courbon, médecin des asiles publics d'aliénés. — *Les Accidentés de la guerre, leur esprit, leurs réactions leur traitement*. Poitiers, impr. G. Roy. Paris, libr. J. B. Baibrue Jean de Bauvais (Sarbonne). 1916. In-8, 96 p. Cartoné 2 fr.

II — PERIÓDICOS

Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.ºs 6 e 7 de Junho e Julho de 1919. Navios de guerra ingleses construidos durante a guerra. Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima. Síntese harmónica de marés e respectiva prática para a hora dada. O estudo estático do afundamento dos submersiveis. Hash ships. Sessão de homenagem aos oficiais da Armada mortos pela Patria.
- 2 *Boletim de Administração Militar*, n.ºs 6 a 12 de Junho a Dezembro de 1918. O Boletim da Administração Militar. O carro de Campanhia. Respigando. Miscelanea. Synopse. Lista dos oficiais de Administração Militar. Índice.

Brasil

- 1 *Boletim Mensal do Estado Maior do Exercito*, n.ºs 1 a 4 de Janeiro a Abril de 1919. Notas editoriais. Levantamentos expeditos na 4.ª Brigada de Cavalaria, em 1918. A engenharia militar no Brasil (origens). Em torno da grande guerra. Batalha de Tannenberg e dos lagos Masurianos. Excursão a «frente». História das fortificações do Brasil. Notas sobre a expedição militar ao territorio do Acre, 1903. Geografia militar del Peru. Iniciativa. Noticiario. Necrologia, etc.

Colombia

- 1 *Memorial del Estado Mayor del Ejercito de Colombia*, n.º 84 de Junho de 1919 Bosquejo de la organización militar de Nueva Granada. La posición del ejército frente a las enseñanzas de la guerra mundial (conclusión). Comisiones técnicas. La movilización y las bajas en la pasada guerra. Lo que ha importado la guerra a Europa. Bibliografía. En el ejército.

Cuba

- 1 *Boletim del Ejército*, n.º 41 de Julho de 1919. El Gaz como Agresión. La Guerra de Rumania. Aclaraciones al proyecto del Hospital de la Marina de Guerra Nacional. La Aviación y la Caballeria se comple-

mentan en las Funciones de la Guerra. Um Libro de Estadística de la Guerra. El Senado aprueba el Proyecto de Ley del Ejército. De la «Gaceta oficial».— Decretos y Resoluciones. Publicaciones recibidas. Bibliografía.

Espanha

- 1 *Memorial de Artilleria*, n.º de Agosto de 1919. Fundición maleable. Algunas consideraciones fundamentales sobre pólvoras y explosivos. El ejército americano en Francia: organización divisionaria; organización artillera. Datos diversos sobre lanza-minas: Typos e calibres empleados durante la guerra. Rueda de engranajes-elástica. La rueda elástica «América». Es Capitá Tôni, teniente general de marina. D. Antonio Barceló. Conferencia seguida de dois apendices titulados: Los ataques con brulotes frente a Gibraltar y Un taller de confección de mixtos y fuegos artificiales a fines del siglo xviii. Bibliografía.
- 2 *Memorial de Caballeria*, n.º 39 de Setembro de 1919. De necesidad inmediata. Explosions y explosivos. Lígeras ideas sobre submarinos. Justa reparación. A proposito de los caballos españoles con cuernos. Una ojeada por las grandes paginas de la Historia. EE. UU. de la América del Norte: La organizacion del Ejército moderno (continuación) Italia: Cronica de las acciones de Caballeria (continuación). Africa — Quien es el Raisuni? Necrologia. Variedades: Estudio critico sintetico de las causas del desastre turco en la guerra balkanica (1912). Libros. Deportes hipicos, Etc.
- 3 *Memorial de Infanteria*, n.º 92 de Setembro de 1919. Nota sobre periscopios. Estado de Rumania a su entrada en guerra. Alza corta y alza larga. As metralhadoras de Infanteria. El catecismo patriotico. La victoria del equipo ciclista del Regimiento de Luchana. Variedades. Cronica Militar. Noticias Militares. Revista de Revistas. Etc.

Estados-Unidos

- 1 *Journal of the United States Artillery*, n.º 157 de Setembro de 1919. The Organization and Operations of the Railway Artillery Reserve, American Expeditionary Forces. The Coast Artillery and the Reserve officers Training Corps. «Bertas». The Technique of Anti-Aircraft Artillery The New Ballistica. The Use of Adjoint Systema in the Problem of Differential Corrections for Trajectories, Etc.
- 2 *The International Military Digest*, n.º 3 do 6.º vol. de Setembro de 1919.

Italia

- 1 *Rivista de Artiglieria e genio*, n.º de Julho-Agosto de 1919. La consegna della Bandiera dell'Arma de Artiglieria, a S. A. R. il Duca

d'Aosta. L'artiglieria nell'offensiva. Cenni sull'impiego generale della fortificazione nella recente guerra. Sal calcolo dello perturbazione nel moto dei proietti dovuta al vento 1914 : Liegi-Namur-Anversa. Criteri per la scelta delle postazioni delle batterie e metragliatrici contro aerei in relazione agli obbiettivi da proteggere. Norme per la postazione delle batterie contro aerei e dei mezzi anoliari per la difesa aerea foto-elettriche e apparecchi d'ascoltazione. Riassunto delle nostre operazioni militari. Dati e cenni su materiali dell'artiglieria già austro-ungarica (continuazione). Considerazioni del comandante in capo inglese sulle caratteristiche della recente guerra. Progetto di un cannone con gittata di 200 km. Notizie. Bibliografia.

- 2 *Rivista di Cavalleria*, n.º de Agosto de 1919. Forza numerica degli Ufficiali dell'Arma di Cavalleria. Da un Mese all'Altro. La Cavalleria nella campagna del 1914 in Francia e nel Belgio. Addestramento del cammello (continua). Le nuove norme per la partecipazione degli ufficiali francesi alle gare ippiche. Caccie—Corse—Concorsi—Parte Ufficiali.

Mexico

- 1 *Revista del Ejército y Marina*, n.ºs 5 e 6 de Maio e Junho de 1919. Si despertará...! Salve! oh! Patria!... Himno Nacional Boliviano. La Guerra y el terreno. Juicio comparativo entre los ejércitos francés y aleman. Labor que dignifica—La de nuestro Departamento de Guerra al triunfo de la Revolución. Camouflage destinado a ocultar las tropas en campaña de los aviones. Nuevo plan de estudios en la Academia Naval. Heraldica Americana—Banderas y escudos de armas de las naciones americanas. La Fuerza como apoio y la Fuerza como abuso. La tactica en las grandes batallas de 1918. Léxico Militar. Los motores de combustión interna en la Marina. Lo que enseña la estrategia en interés a México. A la América Indo hispana. Himno a Sucre. Equitación. Práctica. Submarinos y Sumergibles. Informacion extranjera. Elementos de Topografia. Honduras. Derrota de Rubio Navarrete (Expedición a Sonora). La tragedia en «Espinazo del Diablo». (Pasaje de la Revolución do México). Cómo nació y cómo muere un Imperio. Combate con el Cañonero «Morelos». La Escuela de la Montaña. Sacrificio. Etc.

Suissa

- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 9 de Setembro de 1919. Cavalerie allemande et cavalerie française dans la dernière année de guerre (suite). La fortification permanente dans la guerre actuelle (suite). Critères fonctionnels de robusticité. Chronique suisse. Informations. Bulletin bibliographique.

Uruguai

1 *Revista del Centro Militar y Naval*, n.º 182-183 de Junho e Julho de 1919. Consideraciones sobre el estudio de la tactica Levantamiento de Planos. Recuerdos. Instrucción de Caballeria. El 18 de Julho en nuestra casa. Amado Nervo. Decreto estableciendo que las resoluciones gubernativas referentes a retiro de los Oficiales del Ejército tendran efecto retroactivo Resolución estableciendo que las Fiscalias Militares dependen directament del Ministerio de Guerra y Marina. Decreto estableciendo la forma en que debe efectuarse la renovación de los miembros del Consejo Supremo de Guerra y Marina y del Consejo de Guerra Permanente. Bibliografía. La en señanza de la guerra. Relacion de los socios que componen el Centro Militar e Naval.